

1
2
3
4

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

5Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e três realizou-se a Quinquagésima Segunda
6Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua
7Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a
8presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Cláudio Dilda**, Presidente da FEPAM e Secretário
9Executivo do CONSEMA; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante do Secretário de
10Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; **Sra. Mariângela Correa Laydner**,
11Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sra Virgínia Dapper**,
12Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Paulo Roberto Deiques**, Representante do
13Secretário de Justiça e Segurança; **Sr. Adoraldo Antônio Schio**, Representante do Secretário
14da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Ivan Rodrigues dos Santos** e **José Albano Volkmer**,
15Representantes do Secretário da Cultura; **Sr. Eberson Thimming Silveira**, Representante do
16Secretário de Energia, Minas e Comunicações; **Sr. Evandro Rocha Reichenbach**,
17Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha**,
18Representante do Secretário do Meio Ambiente; **Sr. Flávio Lewgoy**, Representante, Titular,
19da AGAPAN; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante, Titular, da FETAG; **Sr. Geraldo**
20**André Susin**, Representante, Titular, da ALGA; **Alexandre Bugin** e **Roberto Carlos da**
21**Silva Alves**, Representantes, Titular e Suplente, respectivamente, dos Comitês de Bacias
22Hidrográficas; **Sr. José Lauro de Quadros**, Representante, Titular, da FARSUL; **Sr.**
23**Cláudio Liberman**, Representante, Titular, do IBAMA; **Sra. Elizabete Maria Zanin**,
24Representante, Titular, da Instituição Universitária Privada; **Sr. Mauro André Kern**,
25Representante, Suplente, do Movimento Roessler; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos**
26**Monteiro**, Representante, Suplente, do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Miguel Schmidt**
27**Prym** e **Valtemir Goldmeier**, Representantes, Titular e Suplente, respectivamente, da
28FAMURS. Participaram também a Sra. Silvia Capelli, do Ministério Público, Valery
29Pugatch, do IRGA, Evelin Canizares, da FEPAM, Vera Lúcia Callegaro, da ASSTEC/SEMA,
30Ellen Aprtha Pritsch, da ABES, Stela Gayer, EA/DP, Ellen Nunes, DP/SE, Hugo Springer, da
31FIERGS, Jorge Rodrigues, da Farsul e José Weyh, da SEMA. Os trabalhos foram presididos
32pelo Sr. Cláudio Dilda, Presidente do CONSEMA e Secretário Executivo do CONSEMA. Os
33representante, Titular e Suplente, da Instituição Universitária Pública, encaminharam
34justificativa de ausência nesta reunião devido a compromissos didáticos-pedagógicos
35assumidos anteriormante. **Sr. Presidente:** De imediato nós passaríamos a uma informação
36bastante importante, sobre a qual nós já nos reportamos na reunião passada, mas agora sim já
37apontando para um procedimento em relação as Atas anteriores. Antes, aliás, por uma questão
38de definição de pauta, gostaria que, de posse então da pauta, os Srs. Conselheiros fizessem a
39verificação se aprovam a pauta como está ou se temos alguma proposta de inversão, alteração.
40**Sr. José Lauro de Quadros:** Fui informado que a Câmara Técnica que estava analisando o
41assunto sobre Irrigantes não concluiu o seu trabalho. Se esta informação que eu recebi é
42procedente, nós teríamos que retirar da pauta. **Sr. Presidente:** A informação é procedente e
43nós temos aqui conosco o Presidente da Câmara Técnica de Agropecuária, que achamos por
44bem, embora não concluídos os trabalhos, o Iberê, que é o Presidente da Câmara Técnica, faria
45um relato para os Conselheiros a fim de nós nivelarmos a informação. **Sr. José Lauro de**
46**Quadros:** Mas não seria aprovada a minuta, seria apenas um encaminhamento do assunto? **Sr.**
47**Presidente:** Exatamente. **Sr. José Lauro de Quadros:** Segunda observação: temos um tema,
48que é bastante polêmico, que é transgênicos e comercialização do soja. E nós temos aqui no

49Item 2 – Aprovação do Relatório de Atividades. Como esse tema Relatório de Atividades não
50é um tema premente, e esse tema Transgênicos e Comercialização poderá suscitar muitos
51debates, proporia que nós invertêssemos a Ordem do Dia, passando o Item 4 – Transgênicos,
52para o Item 3, após a comunicação sobre Irrigantes, e deixássemos o relatório para o final. **Sr.**
53**Presidente:** A proposta do Conselheiro em apreciação do Plenário: (Aceita a sugestão de
54inversão de pauta). Então, teríamos aqui: 3 – Transgênicos; 4 – Aprovação do Relatório de
55Atividades do CONSEMA referente ao ano de 2002. Nós temos quatro Atas em atraso. Já na
56próxima semana, ou mais tardar na seguinte, estarão todas elas prontas e eu consulto o
57Plenário para a conveniência de nós remetermos todas juntas, ou se os Conselheiros preferem,
58para nós irmos resgatando pois é um volume grande. Faltaria a 51ª Reunião Ordinária e a de
59hoje, que vão juntas. Então, podem ir todas juntas, e os Conselheiros receberão juntas com
60pauta e convocação da próxima reunião todas as Atas. Solicitaríamos um exercício de Casa,
61para que, de uma forma dinâmica, possamos vir a aprová-las e à guisa desta informação,
62gostaria também de comunicar que estamos providenciando, junto à Secretaria Executiva, a
63contratação de um profissional na área de taquigrafia para evitar que a transcrição, a partir de
64fita, que leva bastante tempo, e portanto, leva ao atraso da memória das nossas reuniões, e a
65fim de resolver isso estamos providenciando a contratação de um profissional da área de
66taquigrafia. Nesse sentido, então, não temos Ata para aprovar neste início de reunião. Vamos a
67nossa pauta da Ordem do Dia: **1 – Relato dos Processos de Convênio dos Municípios:**
68**Panambi, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e Caxias do Sul; 2 – Aprovação da Minuta**
69**de Resolução sobre Irrigantes; 3 – Transgênicos e comercialização de soja transgênica; 4**
70**– Aprovação do Relatório de Atividades do CONSEMA referente ao ano de 2002; 5 –**
71**Assuntos Gerais.** Então, vamos ao primeiro item de nossa pauta: **1 – Relato dos Processos**
72**de Convênio dos Municípios:** Panambi, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e Caxias do Sul.
73Peço ao Clebes, que é assessor da Direção para as questões de municipalização e considerando
74o recebimento das propostas de Panambi, Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul,
75proceder a informação a este Conselho. **Sr. Clebes Pinheiro:** Reiterando a demanda referente
76à quatro Municípios que solicitaram um aumento das atividades a serem licenciadas por eles,
77porque atualmente estes Municípios, que são Panambi, Caxias do Sul e Sapucaia do Sul
78licenciam apenas atividades de impacto local aprovada pela tabela por este Plenário. E estes
79Municípios estão solicitando mais atividades. Conforme o entendimento junto à Direção da
80FEPAM, e sob o ponto de vista jurídico, conversamos que estas atividades só poderiam ser
81licenciadas pelos Municípios mediante um convênio feito entre a FEPAM e o Município, que
82é o caso que há hoje com Novo Hamburgo e Porto Alegre. Então, é um entendimento que
83outras atividades, fora aquelas que estão elencadas na Tabela 05 do CONSEMA de 98 só
84poderiam ser feitas mediante convênio. Nesse sentido, a Direção da FEPAM está em diálogo
85com estes Municípios para ver se realmente há condições dos Municípios assumirem ou não as
86outras atividades, que seria um atividade específica entre o órgão ambiental estadual e o órgão
87ambiental municipal. As tratativas estão nesse sentido. Gostaria de reiterar também ao Plenário
88deste CONSEMA que em relação às atividades de licenciamento municipal a FEPAM está
89com uma reunião técnica marcada com 25 Municípios para quinta-feira próxima onde estamos
90fechando um banco de dados, em meio digital, a ser preenchido pelos Municípios referente as
91licenças que foram emitidas até agora. Ressalvo que há um período de um ano para os
92Municípios fazerem esse repasse de informações, e agora que chegou a um ano, e estamos
93formatando um banco de dados para que esses Municípios possam dialogar com o banco de
94dados da FEPAM. Então, na quinta-feira próxima, no período da tarde, quem quiser ver esta
95apresentação que vai ser feita aos Municípios, onde a idéia que as duas dialoguem entre elas.
96E, para finalizar, reiterando a necessidade de revisarmos a própria Tabela 05, uma vez que a
97tabela da FEPAM se alterou ao longo de 98 para cá, e a Tabela 05, para ser alterada, somente

98após uma resolução do Conselho, urge uma atualização das atividades elencadas na tabela.

99Obrigado. **Sr. Miguel Schmidt Prym:** Quero apenas saber se estes pressupostos e minuta de
100convênio, se isso já está sendo encaminhado aos Municípios, quando será encaminhado,
101porque eu sou um dos Municípios interessados, e não recebemos, até agora, qualquer
102informação sobre as exigências, o que precisamos fazer, enfim, a minuta do convênio para o
103nosso Departamento Jurídico examinar, porque estamos interessados nisso aí, e com certeza
104também os demais Municípios que estão pleiteando também estão interessados. **Sr.**
105**Presidente:** Sim, já. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Estamos acompanhando
106esta questão da municipalização. É claro que a municipalização é uma coisa extremamente
107bem-vinda, mas estamos preocupados com estes convênios que a FEPAM está fazendo com os
108Municípios. Temos algumas dúvidas com relação à eficiência do licenciamento que está sendo
109realizado em Porto Alegre, estamos encaminhando o assunto via Conselho Municipal do Meio
110Ambiente. Estamos percebendo que os Municípios estão com uma vontade muito grande de
111licenciar, e nós questionamos as condições técnicas desses Municípios fazerem licenciamento.
112E, aqui no caso específico de Caxias, queria mencionar que nós recebemos uma denúncia, no
113ano passado, referente a uma indústria que não faz nenhum tratamento de seus efluentes
114líquidos. E isso, para nós, Amigos da Terra, foi uma surpresa muito desagradável, e mais
115desagradável ainda quando viemos a saber que assim como esta empresa, há uma série de
116outras que não tratam os seus efluentes no Rio Grande do Sul. E essa empresa está localizada
117em Caxias do Sul, em Galópolis, é uma empresa muito antiga, e ela não trata seus efluentes.
118Caxias do Sul tem uma universidade como corpo técnico qualificado e até onde eu sei, tenho
119cópia dos processos da FEPAM, nunca a Prefeitura de Caxias do Sul fez qualquer movimento
120no sentido de tentar parar esse dano ambiental. O arroio é nascente da Bacia do Guaíba, e acho
121que com recursos hídricos não se brinca. E se a gente pensar que Caxias do Sul é importante
122pólo metal-mecânico, a gente vê que a geração de resíduos desse Município é um problema
123muito sério e tem que ser tratado com muita seriedade. E se um Município do porte de Caxias
124do Sul não tem demonstrado interesse prático em trabalhar a questão ambiental, preocupa-nos
125muito fazer um convênio e repassar esse tipo de atribuição para o município. Valtemir
126Goldmeier: Só gostaria de manifestar que a FAMURS tem a Presidência da Câmara Técnica
127que faz o processo de descentralização, que habilita os Municípios. Na verdade, esses quatro
128Municípios já estão habilitados. E dentro desta habilitação, gostaria que os Conselheiros
129tivessem conhecimento, é uma lista básica que faz parte da Resolução 05, e que os Municípios
130só estão licenciando o que está dentro daquela tabela. Então, quando não está dentro daquele
131grupo de atividades ali colocadas, não adianta cobrar do Município porque não cabe a ele o
132licenciamento. Então, o que estes Municípios estão pedindo é que se aumente a quantidade de
133atividades que eles podem licenciar. E pelas Prefeituras envolvidas aqui, como Panambi, Novo
134Hamburgo, Sapucaia do Sul e Caxias do Sul, sabemos que todas elas têm equipe técnica para
135fazer estes licenciamentos. E os Municípios que não têm uma equipe técnica completa, há
136convênios por meio das associações de Municípios. Como Entidade que defendemos os
137Municípios, somos a favor da municipalização, principalmente porque vai-se ter uma
138identidade regional, ambientalmente falando. E esse é o grande ganho. Na verdade, o que nós,
139da FAMURS, estamos trabalhando é no sentido dos Municípios se habilitarem e se unirem por
140meio das Associações de Municípios. E desta maneira o licenciamento ambiental vai ser
141efetivamente regional, e com isso a gente vai ter também uma identidade regional
142ambientalmente falando. Se eventualmente muitas empresas hoje não estão licenciadas,
143certamente a quantidade de atividades potencialmente poluidoras existentes no Rio Grande do
144Sul, são da ordem de 30, 40, 50 mil, e não é por culpa dos Municípios que elas não estão
145licenciadas. O que nós, Municípios, estamos fazendo, é tentando-nos habilitar, e a partir desta
146habilitação conseguir reduzir a quantidade de empreendimento que são potencialmente

147 poluidores e que hoje não são passíveis de licenciamento. **Sra. Silvia Capelli:** Boa-tarde a
148 todos. A manifestação do Ministério Público diz respeito à legislação que temos hoje vigendo
149 aqui no Estado do Rio Grande do Sul, que é o Código Estadual do Meio Ambiente e as
150 resoluções do CONSEMA. As resoluções do CONSEMA foram criadas a partir da
151 determinação da Resolução CONAMA 237 que desde dezembro de 97 permitiu aos
152 Municípios, que é a grande novidade desta Resolução, o licenciamento de atividades de
153 impacto local. Então, é preciso deixar claro que o que a Constituição Federal permite aos
154 Municípios é tão-somente o licenciamento e a gestão das atividades de impacto local. É isso
155 que decorre do entendimento da Constituição Federal. Logo, o Ministério Público concorda
156 coma manifestação da FEPAM no sentido de ampliar-se o leque das atividades ou do
157 lançamento de efluentes, volumetria, da tabela constante do Anexo da Resolução nº 05/98 do
158 CONSEMA, que se faz necessária a alteração da Resolução por meio de outra norma de igual
159 hierarquia, ou seja, que o CONSEMA se debruce sobre essa questão de uma forma muito séria,
160 com amplo debate aqui no Estado para que se entre num consenso para se estabelecer os
161 limites, se estão corretos ou não, da tabela do Anexo da Resolução 05. Caso contrário,
162 estaremos ferindo a Constituição Federal, que não alcança os Municípios atividades que
163 extrapole ao interesse local e as atividades de impacto local. **Sr. Geraldo André Susin:** Tendo
164 em vista o assunto em pauta, e baseado no Regimento Interno, na Seção III – Do Plenário, no
165 inc. IV, é o pedido de vista. Gostaríamos de ter contato a toda esta documentação dos
166 relatórios de Caxias do Sul e saber o que realmente está acontecendo em Caxias do Sul. **Sr.**
167 **Presidente:** Conselheiro, para ficar bem explicitada a sugestão é de que a partir deste relatório,
168 que vai ser consolidado, seja dado conhecimento do quadro, do cenário do Município de
169 Caxias do Sul. **Sr. Geraldo André Susin:** Segundo o Regimento Interno, no inc. IV, do art.
170 15: “ O Plenário será constituído conforme disposição no art. 3º, desse Regimento, e seus
171 membros terão as seguintes atribuições: inc. IV – pedir vista de documentos”. Então, baseado
172 neste artigo de nosso Regimento Interno estou pedindo vista de toda a documentação de
173 Caxias do Sul para tomar conhecimento desse assunto. E pelo nosso Regimento esse assunto
174 passa, pelo pedido de vista, a voltar na pauta na próxima reunião do Conselho. Isso é segundo
175 o Regimento. **Sr. Presidente:** Perfeito. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Quero
176 aproveitar a oportunidade e perguntar para a Dra. Silvia Capelli se essa colocação que ela fez
177 agora é referente só à Resolução 05 do CONSEMA, ou se ela se estende a estas parcerias que a
178 FEPAM fez com a Prefeitura de Porto Alegre e com a Prefeitura de Novo Hamburgo para o
179 licenciamento ambiental. Hoje a Prefeitura de Porto Alegre licencia qualquer empreendimento
180 no Município de Porto Alegre, não-só os de impacto local. **Sra. Silvia Capelli:** A Resolução
181 CONAMA 237 permite, não-só ao Estado conveniar a totalidade com a União, como aos
182 Municípios conveniar a totalidade com o Estado. Então, o conveniente é que verifica os
183 requisitos, que estão plenamente atendidos para que ele alcance competência dele ao outro.
184 Mas isso é um instrumento juridicamente correto e previsto na própria Resolução CONAMA
185 237. **Sr. Flavio Lewgoy:** Escutei o pronunciamento da companheira Kathia, e ela se referiu,
186 embora não nominando, que seria o seu direito, uma indústria de Galópolis. Creio que é isso
187 que se refere o Susin, em sentido geral. Mas fiquei interessado no caso de Galópolis, que pode
188 ser exemplar, quer dizer, um exemplo que abarca todos os demais que não estejam cumprindo
189 os requisitos. É só isso. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Vou fazer um apelo aos Conselheiros para
190 entenderem que esta solicitação dos Municípios é no sentido de se fazer efetivamente o
191 convênio com eles, para que a partir desse instrumento seja feito o licenciamento.
192 Considerando que pelo fato da Câmara Técnica ter tido conhecimento desses documentos, e
193 eles terem sido protocolados, a maioria deles, na Secretaria Estadual do Meio Ambiente,
194 durante o ano de 2002, e considerando que já estamos em maio de 2003, alguns deles estão há
195 quase um ano aqui, vou fazer um apelo ao Conselheiro, que pediu vista, para que retire a

196solicitação de vista e que o Conselho vote essa solicitação. Na verdade, o que vai-se fazer com
197esses Municípios é um convênio e ele vai ser averiguado pelo Jurídico da FEPAM e pelo
198Jurídico da SEMA. Entendo que não vai-se estar delegando nada que os Municípios não possa
199executar. Acho que o pedido de vista é apenas um dado regimental, mas que considerando o
200fato de que a maioria desses processos estão há um bom tempo, e que não foram trazidos para
201a Plenária, vou fazer este apelo no sentido de que a gente resolvesse esse assunto hoje. A idéia
202é de se fazer o convênio. E a informação que se tem, e até entendo a posição da Conselheira
203Kathia, dos Amigos da Terra, é de que num processo de licenciamento, numa gestão total,
204realmente podem acontecer alguns equívocos, e é importante isso que o Colega da FEPAM
205colocou há pouco, que os instrumentos que estão sendo criados é justamente para averiguar
206isso, de se fazer entre o Órgão Ambiental Estadual e os Municípios uma prestação de contas, e
207por isso que talvez estejam acontecendo alguns hiatos, em alguns pontos. Mas isso não
208invalida o processo. Então, faço um apelo ao Conselheiro que pediu vista, no sentido dele
209entender a posição, que a idéia é de se fazer os convênios, e que daí, provavelmente numa
210outra reunião vão ser apresentados os relatórios dos quem estão habilitados, e aí sim,
211poderemos fazer uma discussão maior. Então, a minha solicitação é nesse sentido. Obrigado.
212**Sr. Geraldo André Susin (Questão de Ordem)** : Quanto a nossa pauta, seria um relato dos
213processos de convênios dos Municípios e não consta nesta pauta, e nem foi aprovada neste
214Conselho, a aprovação ou não do relato. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Havia
215entendido que o COSEMA ouviria o relato desse período de doze meses, onde esses
216Municípios tiveram o licenciamento municipal. Até me preocupei com a fala do representante
217da FAMURS agora, porque se ele entende que o pedido de vista do Conselheiro Susin pode
218trancar o processo de convênio da FEPAM com os Municípios por mais um mês, isso quer
219dizer que ele entende que o CONSEMA teria que concordar com este convênio. E entendo que
220não seja isso que está em tratativas agora, porque se tiver em tratativas uma posição do
221CONSEMA sobre esse assunto, aí vamos ter que realmente aprofundar o assunto. **Sr.**
222**Alexandre Bugin:** Concordo também, e gostaria que a gente elucidasse mais exatamente o
223que se quer, qual é o objetivo, mesmo porque nós não recebemos nada, nenhum material por
224escrito para analisar, para poder votar e aprovar. Então, acho que não cabe. E gostaria de me
225manifestar, e isso já tinha comentado com algumas pessoas, pelas minhas andanças e
226experiências, vejo como sendo importante ao CONSEMA começar a fazer avaliações, e o
227objetivo dos convênios, licenciamentos, vejo como sendo corretos, há uma necessidade, agora
228temos que avaliar as coisas, pois independente de casos pontuais, tenho visto no interior
229algumas coisas que me preocupam em relação à questão de capacidade dos Municípios em
230executar esse licenciamento. Alguns casos pontuais, sem querer entrar em detalhes, mas
231realmente vejo como sendo uma necessidade do CONSEMA retomar discussões, reavaliar, ver
232os documentos que foram solicitados, aqueles Municípios que foram aprovados, e foram dados
233prazos para eles apresentarem documentos, complementações, informações, e sei de um
234Município, por exemplo, faz um ano que foi assinado o convênio, e somente agora
235encaminhou o Plano Diretor Ambiental. Então, se foi dado esse prazo, está correto, está dentro
236do prazo, como foi o processo, mas temos que nos debruçar um pouco a mais no sentido de
237avaliar como melhor, e poder aprovar com toda a tranqüilidade no sentido de tentar viabilizar
238as coisas de uma forma correta, para evitar justamente o que o Valtemir falou, de equívocos
239que possam acontecer, com certeza. **Sr. Clebes Pinheiro:** Queria colocar algumas questões:
240esse trabalho que estamos desenvolvendo internamente, tecnicamente na FEPAM, do banco de
241dados é um trabalho bastante complexo, pois ele envolve os técnicos das áreas de informática,
242envolve os técnicos das áreas específicas, das diversas áreas da FEPAM de trabalho, onde
243estamos elencando, e está praticamente pronto o nosso banco de dados que vai ser apresentado.
244Por isso não conseguimos trazer aqui hoje e fazer este relato, mas com certeza isso gerará uma

245apresentação, e é o nosso intuito de apresentar, de uma forma bastante sintética, o quando que
246se tem hoje em relação aos 48 Municípios. Obviamente, num primeiro momento, seriam
247apresentados aqueles que venceram há um ano, que foram habilitados por este Plenário. Na
248quinta-feira faremos esse chamamento e aí vamos dar para o pessoal completar os dados, e
249acreditamos que em quinze dias eles possam alimentar este banco de dados que estamos
250propondo, pois as licenças são todas em meio digital. E acreditamos que não seja difícil
251alimentar este banco de dados. Esperamos que possa-se fazer uma apresentação neste Plenário
252para que todos os Conselheiros tenham ciência disso. E um série de questões que o
253Conselheiro Bugin levantou são prementes em relação ao acompanhamento dos procedimentos
254de complementações que passam. Nós temos tentado trabalhar isso em nível de Câmara
255Técnica, em função de dar mais agilidade e que chegue de uma forma mais “mastigada” para o
256Plenário do Conselho. E nós estamos identificando uma série de “nós”, que há uma certa
257dificuldade para encaminhar. Mas, a gente acredita que a Câmara Técnica deva passar a
258discussão dos “nós” para o Plenário do CONSEMA. Acredito que não caberia a mim, que
259identifico alguns “nós” trazer isso. Acredito que tem que ser encaminhado via Câmara Técnica
260sob o ponto de vista legal, formal, uma vez que algumas coisas têm que ser revistas,
261reavaliados e estudados documentos nesta linha. Para fechar, acredito que a questão do
262convênio, sob o ponto de vista legal, que não cabe ao Plenário o “sim” ou “não” pelo
263convênio. Acredito que sob o ponto de vista legal é uma prerrogativa do Órgão Estadual e o
264Município. **Sr. Miguel Schmidt Prym:** Não sei qual é a situação do relatório do meu
265Município, e se me perguntarem não sei dizer como está. Agora, tenho ouvido que está
266faltando inclusive um *check list*, que a FEPAM mandaria com os dados ou as exigências ou
267informações que deveriam ser prestados neste relatório. E isso parece que os Municípios não
268receberam até hoje. O que tenho ouvido lá nos bastidores é isso: “Estamos esperando uma lista
269da FEPAM com as exigências e um relatório que temos que apresentar em determinado prazo,
270e parece que isso não chegou. **Sr. Presidente:** À guisa de uma observação e levando em conta
271o que os diversos Conselheiros manifestaram, Conselheiros das Entidades Ecológicas, a
272Kathia, o Geraldo, manifestação da Dra. Silvia Capelli, do Prof. Flavio Lewgoy e da
273FAMURS, gostaria de fazer uma observação no sentido de que o processo em andamento
274relativamente à gestão ambiental municipal, dentro do SISNAMA, é um processo novo, e nós
275precisamos aprender com acertos e erros, corrigindo sem temores e receios, de trazer, sim, não
276há motivo para deixar isso debaixo do tapete ou onde quer que seja. Sim, como Conselho
277Estadual de Meio Ambiente pode e deve discutir estas questões, tendo presente que este
278processo precisa avançar, não forçado, nós diríamos, induzido, sim, mas forçado, não. E
279gostaria de endossar a observação da Dra. Silvia Capelli, de que precisamos ir aperfeiçoando
280os instrumentos. E parece-nos que cinco anos depois da Resolução 05, talvez com os acertos e
281os erros acontecidos neste período, permita fazer uma revisão e adequação, amplamente
282discutida, sem dúvida. E é nesse sentido, então, que o Conselho vai participar ativamente no
283processo todo, seguindo o rito, pelo menos para tornar mais dinâmica a atividade, da Câmara
284Técnica fazer uma pré-análise, encaminhar a este Conselho para uma discussão e rediscussão,
285se for necessário. Depois nas informações, inclusive gostaria de informar o porquê, por
286exemplo, que não veio hoje para apreciação deste Conselho a proposta de revisão da Portaria
28705/89, dos efluentes. É que pela manifestação deste Conselho, que abriu para mais discussão
288quem tivesse contribuição, essas contribuições aconteceram, razão pela qual, então, a Câmara
289Técnica de Controle e Qualidade deverá realmente se reunir para consolidar e aí sim voltar a
290este Conselho. Então, só nesse sentido acredito que é importante, é irreversível o processo de
291participação do Município fazendo a sua parte, só que com ênfase num item especial: o
292licenciamento é um dos instrumentos da gestão e a SEMA, no enfoque da SEMA, é a gestão
293que é enfatizada, ou seja, o Município não vai assumir tão-somente um dos diversos

294instrumentos que deverão fazer parte do seu planejamento, da sua ação para fazer a gestão
295ambiental, com toda a responsabilidade que isso requer. **Sra. Evelin Canizares:** Sou
296funcionária da FEPAM, não sou Conselheira, e só queria-me informar sobre a reunião da
297Câmara Técnica que o Seu Dilda falou em relação à Portaria 05, dos padrões de emissão. Sr.
298Presidente: Ainda não tem reunião, deverá acontecer no máximo em 15 dias. **Sr. Geraldo**
299**André Susin:** Só para não cometer uma indelicadeza, o Conselheiro da FAMURS solicitou
300que retirasse o nosso pedido de vista, e vejo que toda a relação entre os Conselheiros deve ser
301harmoniosa, de respeito, e desculpa, não poderia deixar sem resposta. Visto que este pedido de
302vista é para contribuir no processo, e seria importante explicar isso para o Colega-Conselheiro,
303é que a gente mantém esse pedido de vista para contribuir e não para outro motivo. Vamos
304manter o diálogo sempre aberto. Obrigado. **Sr. Presidente:** Esgotado este item de nossa pauta.
305Já que houve inversão de pauta, vamos ao item: Transgênicos e comercialização de soja
306transgênica. Convidamos a Dra. Vera Calegari, bióloga, para fazer a exposição inicial acerca
307de do nosso Item 2 da pauta: **2 – Transgênicos e comercialização de soja transgênica,**
308incluída na pauta a partir de solicitação dos Conselheiros das Entidades Ecológicas. **Sra. Vera**
309**Lúcia Calegari:** Boa-tarde a todos os Conselheiros. Em relação aos transgênicos, venho
310apresentar o que estamos fazendo na Secretaria do Meio Ambiente, acompanhando todos estes
311fatos relacionados, esse andamento da questão dos transgênicos no Estado. A Secretaria do
312Meio Ambiente tem um Grupo de Trabalho Permanente que vem acompanhando o desenrolar
313desse tema, e elaborou um documento que já foi apresentado na Comissão de Saúde e Meio
314Ambiente da Assembléia, já foi apresentado por outros fóruns em outras ocasiões. E a posição
315da Secretaria, resumidamente, em relação à questão dos transgênicos é bem clara no sentido de
316que por se tratarem de organismos inéditos, então é necessário que nós invoquemos,
317principalmente, o princípio da precaução. Nesse sentido, tão bem tratado já desde a ocasião da
318Rio 92, toda vez que um organismo ou que qualquer empreendimento representar algum risco
319para a saúde humana e o meio ambiente temos que invocar o princípio da precaução. Então,
320nesse sentido viemos acompanhando e temos analisado principalmente em relação à questão
321da biodiversidade, que nos parece ter o impacto maior, no momento. E colocamos nossa
322posição de que estamos apreensivos, apesar de não ser competência nossa a normatização, mas
323estamos acompanhando e apreensivos no sentido do desenrolar desta questão no Estado, pois
324de acordo com as estratégias que foram utilizadas, levou-nos a uma situação até de
325descontrole, quando temos, por exemplo, segundo dados levantados pela Secretaria de
326Agricultura e outros, já em torno de 70 a 80% do soja plantado no Rio Grande do Sul como
327soja transgênica. Mas, consideramos que esse problema do soja, ambientalmente talvez não
328seria tão problemático quanto a outros aspectos que envolvem esta questão dos transgênicos e
329por isso viemos acompanhando estas questões. E dentro dos nossos programas das diretrizes
330da SEMA, já lançados que os senhores poderão ter ocasião logo de constatar por meio do
331Plano Plurianual, dentro dos nossos quatro programas principais, como, por exemplo, Política
332Pública de Gestão Ambiental, Qualidade Ambiental, Biodiversidade e Conservação e Nossas
333Águas, dentro principalmente das políticas de gestão ambiental e qualidade ambiental, temos a
334proposta de um banco de projetos, de buscar projetos que venham discutir e apresentar para
335todo o setor produtivo, principalmente, e que venham buscar alternativas que nos implantem
336atividades corretamente adequadas, para se discutir, para se apresentar. E temos também
337buscado continuar nesse nossos segmentos, que nós temos projetos em desenvolvimento, de
338alguns componentes voltados em parceria principalmente com a EMATER, voltados para a
339agroecologia. Então, acho que é por aí, a posição da SEMA é bem firme e clara, que como
340órgão central do Sistema Estadual de Meio Ambiente tem, em sua competência, acompanhar e
341vigiar essa questão e promover, incentivar, atividades que nos levem para atividades nesse
342setor produtivo ecologicamente adequada. **Sr. Flavio Lewgoy:** Ouvi, com muito agrado, a

343manifestação da Dra. Vera, porque haveria um certo receio que o enfoque com a posse do
344novo Governo fosse modificada em relação à política dos agrotóxicos. E estou vendo que
345aparentemente não, está tudo bem. Não quer dizer que nós não estejamos num momento
346enfrentando uma situação bastante difícil. O tema dos transgênicos é multifacetado,
347multidisciplinar, e o Brasil é, nesse momento, um campo de lutas das grandes corporações que
348vêm, em nosso País, um significativo obstáculo a ser derrubado, inclusive no seu
349enfrentamento com a União Européia, onde o povo é contra o modelo de agricultura
350biotecnológica de DNA recombinante, e os governos vacilam entre a questão política e a
351questão da pressão dos Estados Unidos e dos seus aliados. E o Brasil, então, tem o papel de
352“fiel de balança”, muito importante. Tem-se dito que o soja não é tão importante, que é
353secundária. Mas não é, não. A questão do soja, do ponto de vista econômico, de uma
354importância muito grande, porque o Brasil, todos sabem, que tem acompanhado isso, está
355exatamente no ponto de ultrapassagem do maior exportador de soja do Mundo, que são os
356Estados Unidos, e inclusive somando Estados Unidos e Argentina o Brasil possa facilmente
357ultrapassar esses dois Países em volume de exportações e de soja não transgênica. Isso é muito
358importante porque o soja não é só uma questão econômica, mas é uma questão ambiental, se
359nós reconsideramos o soja recombinante, a RR, que é a predominante, e ela apresenta aspectos
360que interessam o meio ambiente e a saúde pública, precisamente os temas que este Conselho
361trata, que são a finalidade desse Conselho, que deveria refletir o controle social. Nesse
362momento, até acho interessante que, apesar da disparidade da composição não paritária deste
363Conselho, estejam presentes, como Conselheiros, legalmente nomeados, praticamente todas as
364Secretarias de Estado, porque é importante que essas Secretarias se dêem conta que elas
365também são protagonistas desse problema. Onde que estou querendo chegar, afinal? O soja é
366apenas um dos transgênicos, está claro. Mas, no Brasil, ela vai ser servir, se for como
367pretendem muitos dos protagonistas do debate, ela vai ser a fresta entreaberta na porta que vai
368ser escancarada para os demais transgênicos e é uma coisa que não interessa ao Brasil. O
369Brasil tem capacidade científica, sim, de no momento que for necessário, quando a tecnologia
370estiver suficientemente avançada e confiável, fabricar os seus transgênicos e aí entra outro
371problema, que tem sido escamoteado, que é a questão das patentes. Todas as patentes, não das
372plantas, mas dos processos de transgenia, elas estão em vigor, elas pertencem à Monsanto,
373pertencem à Cingenta, pertencem a meia dúzia de gigantes que dominam o mercado mundial.
374Então, não é tão simples como se imagina. Mas a EMBRAPA tem perfeitas condições de
375lançar as variedades brasileiras. Ela tem, mas as patentes não são dela. E no momento que
376estas patentes forem questionadas, no momento que elas forem lançadas na mesa de debates,
377certamente as organizações mundiais do controle do comércio entrarão para dizer ao Brasil que
378ele terá que honrar os seus compromissos. Enquanto o Brasil não fizer uso disso, até esperando
379que estas patentes caduquem, tudo vai estar bem. E passando ao aspecto realmente, que é o
380enfoque que interessa a esse Conselho, que é o enfoque ambiental, e dentro do ambiental está o
381de saúde pública, vemos que as coisas não são tão amenas como parecem. Por quê? Porque
382esta soja RR, tem conseqüências importantes do ponto de vista ambiental e do ponto de vista
383de saúde pública. E tenho estudos, feitos inclusive um na Argentina, na Universidade de
384Buenos Aires, por um pesquisador eminente, que mostra que a Argentina enveredou por um
385caminho perigoso, ao adotar indiscriminadamente essa soja, que recebe quantidades
386importantes diretamente, pois é esta a finalidade dela, de um agrotóxico perigoso, ao contrário
387do que se propala por aí que não é, que é o glifosato, e que tem conseqüências, sobre a saúde
388pública muito graves. E ambientalmente, certamente, também pela contaminação do solo, pela
389contaminação dos ecossistemas do solo, dos microorganismos do solo também vai ter
390conseqüências importantes, está tendo. E penso, de acordo com essas avaliações que eu
391disponho, e que não tenho tempo, precisaria talvez mais de uma hora para expor tudo isso, e

392 não pretende fazê-lo, claro, que este Conselho tem um papel importante avaliando a
393 repercussão dos transgênicos comerciais, que disso é que se trata, sobre a saúde pública e o
394 meio ambiente, e essas consequências certamente são prejudiciais. Há testemunhas, provas e
395 trabalhos que mostram a ascensão de alergias nos países do Primeiro Mundo, precisamente
396 aqueles, como os Estados Unidos que adotam, e que são os pioneiros da adoção desses
397 transgênicos. E é uma coisa muito inquietante. Há estudos que apontam um crescimento de
398 até vinte vezes no nível de alergias nos últimos dez anos. Há crescimento, muito inquietante
399 também, de outras patologias, como altismo, que não é absolutamente uma coisa com que se
400 brinque, é muito grave o altismo. É devido a ingestão de transgênicos? Quem pode dizer?
401 Porque precisamente neste momento, neste período de tempo é que houve crescimento destas
402 patologias, que são as únicas que se têm alguma possibilidade de associar pela coincidência da
403 época da implantação dos transgênicos para cá, que não chega há oito anos. Então, pela minha
404 Entidade, que foi, digamos assim, solidária com outras Entidades, entrando com processo
405 judicial contra a liberação da comercialização da safra de 2002/2003, embora eu,
406 pessoalmente, não pense assim, mas penso que se tem que aceitar os fatos consumados,
407 infelizmente, pela omissão do governo anterior, e talvez até cumplicidade, ninguém pode
408 provar isso, mas houve uma omissão muito grave e estamos com milhares de interessados que
409 poderão ir à ruína se esta safra não for comercializada. Costumo enfatizar que este aqui não é
410 um Conselho de comércio, mas também não é um Conselho alienado da sociedade, ele precisa
411 encarar este fato. Então, pela minha Entidade, sou obrigado a dizer e a concordar com o que a
412 Entidade fez. Mas, pessoalmente, acho que não havia outra alternativa a não ser a liberação
413 como medida provisória. Muito obrigado. **Sr. José Luiz Diniz Barradas:** Causa-nos motivo
414 de satisfação saber que há uma preocupação, há um acompanhamento de toda a utilização de
415 plantas geneticamente modificadas, e o que nos causa uma angústia é não ter uma informação
416 precisa das constatações verificadas desde o milho, geneticamente modificado, até hoje a
417 discussão da soja, se foi ou não observada alguma modificação do ecossistema. Se houve
418 problema de aves, de peixes, qual é a influência da prática anterior com o uso de defensivos
419 agrícolas e a prática atual com o uso dos transgênicos. Então, isso seria uma solicitação nossa,
420 que sempre que houvesse a possibilidade de trazer a este Conselho estas informações com
421 maior conteúdo de pesquisa científica, que nos fossem alcançadas essas informações. Porque a
422 carência que nós temos é de buscar exatamente uma informação precisa para poder formar
423 uma opinião acertada sobre o assunto. O que tenho da experiência anterior, é que nós, aqui no
424 Estado, tínhamos uma prática bastante acentuada com relação a outros Estados no estudo e no
425 acompanhamento destas modificações e destas inovações tecnológicas. Foi o Estado do Rio
426 Grande do Sul o pioneiro na proibição dos organoclorados. E de lá para cá parece que falta
427 muito esta divulgação, esta manifestação dos órgãos públicos externando estas informações
428 que tenham sido detectadas com relação a essas novas tecnologias que meio ambiente mexem,
429 não só com o ecossistema, mas com a saúde pública. **Sr. José Lauro de Quadros:** Sr.
430 Presidente, Senhoras e Senhores Conselheiros. Represento a FARSUL neste Conselho, mas
431 este assunto, na FARSUL, está sendo cuidado pelo Diretor Jorge Rodrigues, a quem convidei
432 que aqui comparecesse, e falar em nome da nossa Entidade. Mas, pediria permissão, depois de
433 ouvir o nosso querido amigo e Prof. Lewgoy, entusiasmei-me para dar um depoimento aos
434 senhores, a respeito não-só do tema específico – transgênicos -, mas dentro de todas essas
435 preocupações que trazem repercussões no meio ambiente. Quando o nosso Conselheiro da
436 Sociedade de Engenharia fez a sua manifestação lembrei quando ele falou dos organoclorados.
437 Eu fui Presidente da Sociedade de Agronomia, nos anos 70 e na ocasião, lançamos as bases
438 para o receituário agrônomo no Rio Grande do Sul. Posteriormente, como Presidente da
439 Federação das Associações de Agrônomos do Brasil, levei essa exigência para o uso de
440 agrotóxicos aos demais, e hoje temos esse assunto sob controle. Eu era, na época, Conselheiro

441do CREA, conseguimos o apoio do CREA, e tínhamos aquela corrente mais idealista, e, às
442vezes, por isso mesmo, mais radical, de proibir o defensivo. Não pode usar! Mas aí não vamos
443ter alimento para alimentar nossa população. Todas essas agressões ambientais que ocorrem, e
444toda ação antrópica produz modificações ambientais, por menor que sejam, temos que fazer as
445transições. Hoje o assunto “agrotóxicos” é assunto sob controle, e cada vez se fala mais em
446agricultura ecológica, cada vez mais procuramos o controle integrado de pragas, cada vez mais
447a pesquisa nos traz soluções. Por exemplo, no soja, Prof. Lewgoy, usamos hoje o *Bacillus*
448*thuringiensis* para o controle da largarta, da *Anticarsia gematalis* e não se necessita mais
449empregar as milhares de toneladas de clorados que eram utilizados para esse controle. Usa-se
450esse inseticida biológico. E são esses avanços que têm que ser feito dentro de debate e dentro
451de muita serenidade. Gostaria, também, usando aquela manifestação do Prof. Lewgoy sobre a
452soja. O Brasil hoje tem a maior produtividade em soja no mundo, e no ano que vem vamos
453ultrapassar os Estados Unidos. Isso é um problema para eles. E é o problema para os Países da
454União Européia, não a soja, mas o potencial que o Brasil tem de produzir grãos. Eles têm
455subsídios aos seus produtores rurais, e eles aplicam um bilhão de dólares por dia para manter
456os seus agricultores no campo. Na hora que o Brasil usar o potencial que ele tem para produzir
457grãos, esses Países do Hemisfério Norte vão ter que aplicar dois bilhões de dólares por dia se
458quiserem manter os seus agricultores no campo. Então, isso provoca intervenções indevidas no
459Brasil. Tivemos, no governo passado, a MP que aumentou a área de reserva legal. Na
460Amazônia, que era 50% pelo Código Florestal, a Lei nº 4771/65, passou para 80%. Na região
461dos Cerrados passou de 20 para 35%. O único País do mundo que tem reserva legal é o Brasil,
462e ainda se aumentou de 25 para 35% nos cerrados. Por quê? Se nós incorporarmos no processo
463produtivo brasileiro mais cem milhões de hectares, preservando 150 milhões, mas aos 80, 90
464milhões que temos hoje no cerrado, mais cem milhões, imaginaram, quantos milhões de
465toneladas de grãos nós vamos agregar? Para matar a fome do povo, mata-se com agricultura
466forte e com produção. E os equívocos que o Brasil comete, como agora nos transgênicos, é
467assunto eminentemente técnico, e a Profª. Vera, Prof. Lewgoy, tantos professores que
468compõem o nosso Conselho e se trata ideologicamente um tema técnico-científico. Os
469equívocos e os emocionalismos. Quanta gente, nesse nosso Rio Grande, querendo defender as
470árvores, manifestam-se contra as árvores. Não temos aqui, neste Plenário, nenhum
471descendente direto, filho, na primeira geração, das populações nativas, essas, sim, não exóticas
472que aqui habitavam quando os portugueses chegaram em 1500. E são contra os exóticos. O
473pínus, que mata passarinho, o eucalipto que seca a terra. O pínus não é plantado para criar
474passarinho. O milho não é plantado para criar a caturrita, o arroz não é plantado para criar o
475pássaro preto. É uma lavoura de árvores de pínus que nós plantamos para preservar a
476biodiversidade das nativas. O eucalipto não seca a terra e essas mensagens, sem nenhum
477embasamento técnico-científico, espalham-se pela mídia e se transformam numa emoção, sem
478tratamento técnico-científico. O Rio Grande do Sul, no início do século passado, tinha 42% de
479cobertura florestal. No inventário de 82, e eu era Diretor em Brasília, conseguimos os recursos
480do IBDF para um inventário que a Universidade de Santa Maria fez, tínhamos reduzido a 5%
481essa cobertura florestal. O inventário de 2001, há dois anos, a universidade fez o segundo
482inventário, aumentou essa cobertura para 17,5%. Vocês vêem, três vezes mais. Em parte,
483porque houve um êxodo rural na zona do meu querido Presidente da FEPAM, Dilda, e quem
484sabe, futuro Presidente do nosso Conselho, porque é o nosso candidato pessoal, não falo em
485nome da FARSUL, mas é uma tradição da SEMA conduzir o nosso Conselho. Na tua região,
486Dilda, muita gente foi embora do campo, e foi uma das razões da regeneração daquelas
487florestas. Mas também porque hoje toda a nossa indústria de base florestal, celulose, indústria
488madeireira, construção civil, a indústria moveleira, que é a segunda maior do Brasil, usa
489floresta plantada. Mas são as exóticas que não criam passarinho. São esses equívocos. E vou

490encerrar esta manifestação, agradecendo a todos que me ouviram sem me interromper, e ao Sr.
491Presidente dos trabalhos que agüentou a minha explanação, sem me cassar a palavra, que esse
492assunto de transgênicos, penso, pessoalmente, pela FARSUL vai falar o nosso querido Diretor
493Jorge Rodrigues, penso, pessoalmente, o seguinte: chega de hipocrisia, chega de
494emocionalismo, vamos ser racionais! Num País em que o Ministério da Saúde manda colocar
495numa carteira de cigarro uma fotografia de um sujeito morrendo de câncer, e o cigarro está nas
496manchetes, está nas propagandas nas corridas de automobilismo, nos grandes prêmios de
497Fórmula 1, num País que tem esse tratamento para um produto que é veneno, num organismo
498geneticamente modificado, que não tem nada comprovado, o Prof. Lewgoy levantou hipóteses,
499o FDA americano, que é rigorosíssimo, e é claro que não sei até que ponto, não moro lá, esse
500rigorismo técnico-científico do FDA não está sujeito também a rigorismos econômicos. Lá há
501também estes aspectos todos. E esse assunto de transgênicos tem uma variável econômica,
502social, ambiental. Então, é um assunto complexo. Mas penso, é opinião pessoal, de que
503enquanto não existirem comprovações, o Brasil tem que adotar uma postura, e é aquela
504história, e a Dra. Silvia Capelli, como advogada e promotora brilhante que é, e eu sou um
505humilde agrônomo, mas há no direito, ou seja, na dúvida, a favor do réu. Então, o réu
506transgênico, ainda há dúvidas, e na dúvida, a favor dele. E que seja rotulado. Planta quem quer
507o transgênico e consome quem quer, desde que o rótulo indique essa origem, como o
508consumidor do cigarro sabe que é veneno e quer consumir, e é a liberdade de escolha de cada
509um. Logo, rotular o transgênico, num primeiro momento, e intensificar os estudos técnico-
510científicos e que o Brasil possa, então, tomar a melhor decisão em termos de proteção da saúde
511da população e em termos de proteção ambiental. Sra. Silvia Capelli: Sr. Presidente, Srs.
512Conselheiros. As atribuições do Conselho Estadual do Meio Ambiente deveriam ser pautadas
513no sentido dum encaminhamento da aplicabilidade da Medida Provisória 113 e das
514repercussões dessa medida provisória no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Concordo
515com todos os Conselheiros. Há ideologias de todos os lados, não só dum lado, nem de outro. O
516papel do Conselho é traçar estratégias, junto com as outras pastas do Rio Grande do Sul,
517assim como a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Tecnologia, para verificar como
518vamos aplicar, implementar a legislação brasileira no território gaúcho. **Sr. Mauro André**
519**Kern:** Agora há produtores que estão misturando as duas sojas, a convencional e a
520transgênica, e isso é terrorismo que eles fazendo. Ontem saiu uma reportagem na TV de
521produtos que não querem mostrar a sua cara pois sabem que estão cometendo um crime, e me
522fez lembrar o Fernandinho Beira-Mar. E por que estão fazendo isso, misturando as duas sojas?
523Isso é um desafio às leis. Sr. Jorge Rodrigues: Em primeiro lugar, gostaria de dizer da
524preocupação, e vi alguns que se manifestaram, e efetivamente as informações são poucas,
525ainda, e muito distorcidas a respeito dos transgênicos. Não sou técnico, não sou cientista, sou
526agricultor, e na FARSUL sou Presidente da Comissão de Grãos. Mas, respondendo
527objetivamente a sua pergunta, a estrutura logística do Brasil, e, em especial do Rio Grande do
528Sul, desde a colheita pelas máquinas automotrizes, transporte e armazenagem, quer dizer,
529antes da armazenagem, exatamente temos que passar por um processo de limpeza do produto
530colhido, e essa logística toda não nos permite, efetivamente, fazer segregação, não de uma hora
531para a outra. E esta mistura que está acontecendo é justamente em função disso. E a nossa
532preocupação com relação a isso é que neste momento não temos um regramento. A pesquisa
533tem avançado bastante nesse sentido, e temos muitas informações, já com bastante segurança a
534respeito da questão da biotecnologia, e até nesse sentido queremos, mais do que qualquer
535coisa, e falando de transgênico, fazer um convite aos senhores. Estamos realizando um fórum,
536e diversos fóruns estão acontecendo no interior do Estado. Amanhã mesmo há um Giruá, no
537dia 30 há um fórum em Ibirubá para tratar, discutir o assunto transgênico, levando
538pesquisadores. E estamos organizando o Fórum do Agronegócio, e a primeira etapa vai ser

539transgênico, e esse fórum é permanente, mas a primeira etapa vai ser a respeito de transgênico,
540onde estarão vindo cientistas do mundo todo: da China, da França, dos Estados Unidos, do
541Canadá, da Argentina, enfim, cientistas do mundo todo e também com os pesquisadores,
542ambientalistas, inclusive, para debater o assunto transgênicos. Então, queríamos fazer o
543convite, pois o que a gente quer, na verdade, que este assunto seja muito aprofundado,
544especialmente para trazer aos nossos legisladores a condição de criar regras, porque a pesquisa
545é fundamental que se tenha o respeito, especialmente à ética, mas, para isso, é preciso ter
546regramento, pois não podemos estabelecer os parâmetros e penalizar sem termos as definições.
547Agora mesmo, a Medida Provisória 113, estamos analisando-a, e ela traz um absurdo no art.
5481º, parágrafo 3º, onde determina que toda soja brasileira, não é do Rio Grande do Sul, seja
549comercializada em grãos e transformada até 31 de janeiro, com possibilidade de prorrogar por
550mais 60 dias, fazendo com que este produto, colhida a safra 2003, não seja possível utilizar
551como semente. É um absurdo, e vamos ficar sem semente e não vamos poder plantar mais
552soja, ou vamos ter que importar semente de soja para plantar no Brasil. É um erro, com
553certeza, não acredito que tenha sido esse o pensamento do legislador, mas a Medida Provisória
554113, hoje, com a nova redação, votada anteontem, veio com essa distorção, com essa pré-
555determinação. Acho que nós precisamos, realmente, discutir muito, e nos preparar. É
556fundamental termos proteção ao meio ambiente, proteção à saúde humana, especialmente, mas
557nós precisamos ter garantia de suprir o alimento. E a biotecnologia não é nada mais do que
558uma técnica nova, a engenharia genética sendo colocada à nossa disposição, uma ferramenta,
559que precisa ter grandes cuidados. Mas, ninguém mais do que o agricultor é preocupado por
560questão do meio ambiente. E via falar a respeito dos herbicidas, a agricultura se desenvolveu
561no Rio Grande do Sul, e a partir do Rio Grande do Sul no Brasil, mais precisamente a partir da
562década de 50, década de 60, onde nós aramos terra, removemos solo e chegamos ao desespero.
563E lembro muito bem disso, pois fui um dos iniciadores e importamos as primeiras máquinas,
564na empresa onde trabalhava, de plantio direto. Foi a primeira revolução que o Rio Grande do
565Sul fez em agricultura onde, por necessidade do agricultor, tivemos que buscar outra forma de
566desenvolvimento da nossa atividade. Mas, com o plantio direto vieram os venenos, e hoje
567precisamos buscar uma condição de reduzir o risco que estamos expondo o nosso meio
568ambiente em função do excesso de venenos utilizados. Fica o nosso convite para que todos
569participem deste fórum, que deverá trazer bons resultados em conhecimento, especialmente
570das posições do resto do mundo. Hoje temos mais de dezessete países que têm plantas e
571consomem alimentos transgênicos no mundo. **Sr. Geraldo André Susin:** Concordamos com o
572Sr. Lauro, da FARSUL, quando devemos acabar com a hipocrisia. Há 20 anos escutávamos
573declarações de agrônomos que afirmavam que o fumo, o tabaco não fazia mal para a saúde,
574que não havia problema. E a gente fica satisfeito que hoje foi comprovado que o tabaco e
575fumo fazem mal à saúde. E, naquela época, era afirmado taxativamente que não comprometia
576à saúde humana. Por segundo, está acontecendo uma inversão, tentando influenciar-se a
577opinião pública, que um grupo comprove que faz mal. Mas, na verdade, é o outro grupo que
578deveria comprovar que faz bem. Então, há uma inversão, pois são difíceis os laudos técnicos,
579são difíceis a comprovação, mas, é ótimo que está sendo discutido isso aqui e é muito
580saúdável. **Sr. Flávio Lewgoy:** Ouvei atentamente o que o Dr. Lauro falou, e nós nos
581conhecemos há muito tempo. E é até uma revelação interessante, pois o nosso Presidente vai
582ser candidato à reeleição ou está tomando conhecimento agora? **Sr. Presidente:** Não posso
583tolher a liberdade dos Conselheiros. **Sr. Flávio Lewgoy:** Não sou candidato a nada, mas sou
584candidato a que este Conselho tenha uma composição paritária, onde 50% seja sociedade e o
585governo tenha não mais que 25%, e aí teremos empresários, teremos profissionais da área,
586quer dizer, isso sim representa uma verdadeira adequação às suas finalidades, que é o controle
587social. Mas, não foi para isso que pedi a palavra, foi apenas incidental. Desejo dar um resumo,

588 para responder a assertiva de que a oposição aos transgênicos é emocional e não há trabalhos
589 científicos, na verdade, há muitos. Onde não há é exatamente sobre a benignidade, sobre a
590 ausência de efeito sobre a saúde dos transgênicos, e nisso não há mesmo, já foi constatado, que
591 não há estas pesquisas, e, se há, são das empresas. Mas, que coisa interessante! Mas a
592 toxicologia do glicosato, riscos para a saúde humana, é um trabalho do Dr. Jorge Kacsever, da
593 Universidade Nacional de Buenos Aires. Quero lembrar que a ciência argentina sempre esteve
594 em nível mundial e os argentinos têm três Prêmios Nobel de ciência, coisa que não temos no
595 Brasil. E o que diz o Dr. Jorge Kacsever? Os herbicidas mais comercializados na República
596 Argentina incorporam, dentro da sua fórmula, o glicosato, em razão de que alguns cultivos
597 transgênicos, como a soja, por exemplo, estão manipulados geneticamente para desenvolver
598 uma resistência a essa substância química. E o que ele diz do objetivo de converter
599 geneticamente a soja. É a utilização de um glifosato, que é um herbicida geral, mata tudo que
600 não seja resistente a ele. E diz ele, num trabalho de dezembro de 2002: “Os argentinos deverão
601 enfrentar, nas próximas décadas conseqüências de haver convertido o glifosato no herbicida
602 mais vendido e utilizado no País. Recentes estudos toxicológicos conduzidos por instituições
603 científicas independentes, parecem indicar que o glifosato foi erroneamente qualificado como
604 toxicologicamente benigno”, ou ambientalmente amigável, isso eu que estou acrescentando,
605 tanto em nível sanitário como ambiental. Ainda: “Os herbicidas na base de glifosato podem ser
606 altamente tóxicos para animais e humanos. Estudos de toxicidade revelaram efeitos adversos
607 em todas as categorias padronizadas de provas toxicológicas de laboratório, na maioria das
608 doses ensaiadas. Toxicidade subaguda, lesões nas glândulas salivares; toxicidade crônica,
609 inflamação gástrica, danos genéticos em células sanguíneas humanas, transtornos ou
610 reprodutivos, contagem espermática diminuída em roedores: aumento da frequência de
611 anomalias espermáticas em coelhos; e carcinogênese: aumento da frequência de tumores
612 hepáticos em ratos macho e câncer da tireóide em fêmeas. Em nível ectóxico
613 epidemiológico a situação se vê agradava no solo, porque são poucos os laboratórios no
614 mundo que possuem equipamento e as técnicas necessárias para avaliar os impactos do
615 glifosato sobre a saúde humana e o meio ambiente, também porque, inicialmente, nos Estados
616 Unidos, os estudos toxicológicos requeridos oficialmente para o registro e aprovação deste
617 herbicida foram processados legalmente”. Os que inicialmente fizeram estudos toxicológicos
618 nos Estados Unidos. “Foram processados legalmente pelo delito de práticas fraudulentas, tais
619 como falsificação rotineira de dados e omissão de informes sobre incontáveis efeitos
620 adversos”. Não vou prosseguir, seria muito longo, mas só quero deixar este registro. **Sr. José**
621 **Lauro de Quadros**: Sr. Presidente, Srs. Conselheiros. Duas observações: a primeira, quando
622 nós mencionamos o nosso Presidente da FEPAM Dilda como candidato, não estávamos
623 falando em nome da FARSUL, já que a FARSUL não está lançando candidato, inclusive aqui
624 hoje com a presença de um Diretor eleito, e somos apenas um colaborador da FARSUL como
625 Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Mas, nós tivemos a experiência gratificante, em
626 nosso Conselho, da gestão do Secretário Langone, representando a SEMA, e penso eu,
627 particularmente, e falo como FARSUL, que foi uma gestão de muito diálogo, de muita
628 construção, de debates no mais alto nível, e avançamos, porque o Rio Grande do Sul, que tem
629 sido pioneiro em tantas áreas, e nesta área ambiental também foi pioneiro, e neste nosso
630 diálogo no CONSEMA temos um pioneirismo, um exemplo para dar ao Brasil graças a esse
631 espírito de diálogo. Então, Dr. Dilda, o senhor é um candidato meu, particular, e falei uma
632 coisa que estava pensando e me denunciei em público. Quanto ao Prof. Lewgoy, e vou
633 responder a ele quando leu a história toda do glifosato. Prof. Lewgoy, com toda a admiração
634 que eu tenho pelo meu querido amigo. **Sr. Flávio Lewgoy**: Não é uma história! **Sr. José**
635 **Lauro de Quadros**: Desculpe-me a forma com que me expressei. E queria dizer que é claro
636 que temos esta versão técnico-científica e incontestável. O Dr. Jorge, quando convida para este

637simpósio, vamos ter de todas as correntes e com todo o embasamento técnico-científico. Mas,
638encerro dizendo que quando vi o Prof. Lewgoy mencionar tudo aquilo que o glifosato faz, e
639me lembrei que graças a Deus, nunca adoeço, mas há oito, dez anos, que eu tive um problema
640de saúde, que nem sei o que foi, e fui ao médico, e ele me receitou dois remédios, e fui para
641casa ler a bula: mas tinha muito mais do que o glifosato, e eram três folhas, bem pequena a
642letra, e dizia que pode fazer isso, hipertensão, mas eram tão grande os riscos que não tomei o
643remédio, e me escapei. Mas se forem nas prateleiras das farmácias, não tem remédio que não
644tivesse dez folhas daquilo que o Prof. Lewgoy leu, alertando que os remédios podem causar
645problemas. E os médicos receitam estes venenos, de alto risco. Então, este fórum que a
646FARSUL vai realizar, acho que este será um fórum de dirimir dúvidas e de nivelar
647conhecimentos. Em segundo lugar, penso que a Dra. Silvia Capelli realmente trouxe uma luz a
648este debate, e é bom fazer esta catarse. E já fizemos esse debate e abrimos os nossos corações e
649vamos ver objetivamente a MP 113, se o CONSEMA tem alguma posição a tomar ou não. **Sr.**
650**Geraldo André Susin:** Gostaria de sugerir ao Conselho que a gente debate os assuntos no
651plano das idéias e que procure defender as suas idéias e não tentar destruir a idéia dos outros.
652Gostaria que o documento que o Prof. Lewgoy fosse anexado, na sua íntegra, que ele tem um
653resumo para que a gente possa avaliar. E que a gente tome, com seriedade esse assunto, e
654procure debater, no plano das idéias, e defender as suas idéias, e não procurar, quando a gente
655não tem argumento, a atacar a idéia dos outros e manter o bom nível do debate. **Sr. José**
656**Lauro de Quadros:** Se fui mal interpretado, publicamente quero pedir desculpas, pois a
657minha posição, ao longo da minha vida, é debater no plano das idéias, respeitar as idéias,
658porque quero que respeitem as minhas, e então, procuro respeitar, e se fui mal interpretado
659pelo Conselheiro Susin, de público, quero registrar aqui que não estou aqui para contestar
660idéias, mas para contrapor as minhas e para que as coisas se esclareçam. Mas, não contestar ou
661menosprezar as participações de cada um, e concordo que seja anexado na Ata o documento
662que o Prof. Lewgoy acabou de ler. **Sr. Presidente:** Consulto ao Conselheiro que seja somente
663anexação em Ata ou que seja distribuído a todos os Conselheiros como um anexo à Ata da 52ª
664Reunião Ordinária do CONSEMA, ou que seja trazida ao debate aqui, qual é a proposição: **Sr.**
665**Geraldo André Susin:** Os três pontos vêm contribuir com a qualificação do debate. **Sra.**
666**Silvia Capelli:** Sr. Presidente, Srs. Conselheiros. Queria fazer uma sugestão de
667encaminhamento: acho que o Rio Grande do Sul já provou a todos que não sabe discutir esta
668questão fora do plano ideológico. Então, acho que não devemos reproduzir isso, e temos temas
669bastante importante, e sem querer menosprezar e sem querer ferir a democracia, mas acredito
670que o papel do Conselho Estadual do Meio Ambiente, como Órgão integrante do Sistema
671Nacional do Meio Ambiente é trabalhar objetivamente para, entre outras circunstâncias,
672também fazer aplicação dos instrumentos que existem na legislação brasileira para isso. E se
673vamos ficar discutindo no plano ideológico, não vamos sair do lugar como até hoje não
674saímos. O lugar, lamentavelmente, que o Rio Grande do Sul ficou exposto na mídia foi de
675infrator, de criminoso. E não gosto de viver num Estado desses. A contribuição do Ministério
676Público ao Conselho Estadual do Meio Ambiente é provocá-lo, e aí a minha sugestão, no
677sentido de que se delibere antes da conversão da medida provisória em lei, e que não se perca
678tempo. Que o Sistema Nacional do Meio Ambiente possa dar o exemplo, no Estado do Rio
679Grande do Sul, unindo as pastas da Secretaria de Tecnologia, do Meio Ambiente, FEPAM,
680IBAMA, e que possam construir um diálogo para ver implementada a medida provisória e a
681legislação estadual a respeito da matéria. É a sugestão de encaminhamento. **Sr. Presidente:** A
682Dra. Silvia propõe que este Conselho crie uma Comissão para discutir a Medida Provisória
683113 a fim de gerar contribuições a serem encaminhadas para o Congresso Nacional. Consulto à
684Dra. Silvia que a proposição pode ser dirigida à Câmara Técnica de Agropecuária ou uma
685Comissão Especial? Acredito que considerando o momento, teríamos que dar andamento

686 imediato a uma proposição a fim de que não se venha a ter o problema de tempo. **Sra. Silvia**
687 **Capelli:** A idéia seria, na verdade, submeter uma sugestão aos Conselheiros, e se os
688 Conselheiros entendem que essa sugestão é política, juridicamente adequada, no sentido de
689 encaminhar uma sugestão do Conselho ao Estado do Rio Grande do Sul, para que o Estado do
690 Rio Grande do Sul envolva as Secretarias que, de forma ou de outra, têm, no plano estadual, o
691 dever constitucional de implementar a legislação, e na legislação federal, basicamente na Lei
692 de Biosegurança, no plano federal, detecta-se a competência do Ministério da Saúde, do
693 Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Ciência e da Tecnologia e do Ministério da
694 Agricultura nesta matéria, e ainda, do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério
695 da Justiça. São cinco Ministérios, portanto, envolvidos com atribuição nesta matéria. A
696 proposta é que a similitude no que ocorre no plano federal, o Estado do Rio Grande do Sul
697 possa fazer uma Comissão composta das Secretarias envolvidas com esta matéria, e, aí, de
698 alguma forma, não tenho a totalidade da estrutura administrativa do Estado do Rio Grande do
699 Sul, mas a idéia que se faça um Grupo de Trabalho entre estas pastas para que se possa
700 meditar, porque a legislação vai ter que ser aplicada, ou ficamos no discurso esperando se a
701 legislação vai ou não vai ser aplicada, ou assumimos as nossas responsabilidades, mas, enfim,
702 o foro de encaminhamento, a responsabilidade do Conselho e a colaboração que o Conselho
703 pode dar para que esse discurso deixe de ser apoderado pela mídia, e que cada um de nós
704 possamos envidar esforços para auxiliar, de uma forma responsável, no encaminhamento
705 destas questões. **Sr. Presidente:** Sintetizando, a Dra. Silvia propõe uma moção ao Estado do
706 Rio Grande do Sul, ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul no sentido de que tome estas
707 providências. **Sr. Flávio Lewgoy:** Seria interessante que esta moção fosse repetida, para que
708 todos possam ouvir. Com toda a sinceridade, perdi uma parte, pois a gente pensa tanta coisa
709 em função do que está ocorrendo, do debate, que às vezes perde alguma coisa. E não sei se vi a
710 Dra. Silvia mencionar a Comissão Nacional Técnica de Biosegurança. E dentro do Ministério
711 a Comissão é praticamente uma espécie de súper Ministério lá dentro, e é ela que tem
712 influência, tinha poder, foi tirado uma parte do poder dela, está sendo debatido, e acompanho
713 listas de debates integradas por gente da Fiocruz, gente que escreve livros sobre o assunto, e
714 tenho a informação que não é falta de leis e de portarias que temos. O que temos falta é de
715 infra-estrutura, por exemplo: como foi mencionado pelos senhores representantes dos
716 agricultores, da própria FARSUL, que permita, por exemplo, a separação de um tipo de
717 semente de outra; falta de laboratório de certificação, sem o que nenhuma lei funciona. Falta,
718 pura e simples de fiscalização. Quero dizer que vamos acrescentar mais textos de lei ao que já
719 existe. E isso, com todo o respeito, lembrando que em nível federal o Executivo, seus
720 Ministérios e órgãos subordinados, a Constituição outorga para eles predomínio. O Estado
721 pode ser mais rigoroso, e ele pode legislar supletivamente, e ele não pode liberar a
722 comercialização dos transgênicos. E apenas uma curiosidade: acho que continua em vigor
723 estes princípios legais. **Sra. Silvia Capelli:** Na verdade, foi uma sugestão de medida prática. E
724 de repente esta Comissão pode concluir que até a conversão da medida provisória. A idéia é
725 que a gente inicie o debate de implementação. **Sr. Flávio Lewgoy:** Receio que o trem já esteja
726 saindo. E está aí a safra colhida, e este é o ponto. E está aí a Medida Provisória 113, e é acho
727 que é mais ou menos sobre isso que esta reunião vai debater. **Sra. Silvia Capelli:** A minha
728 proposta não foi a de criação de uma Comissão para elaboração de leis. Temos leis vigentes
729 tanto no Estado do Rio Grande do Sul, quanto no plano federal, que já esmiúçam
730 satisfatoriamente, aliás, demasiadamente esta questão. A proposta não é de elaboração de texto
731 legislativo. Esta matéria está superada aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Inclusive, houve
732 uma tentativa de modificação da legislação estadual, que foi objeto de Ação Direta de
733 Inconstitucionalidade pela Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul com liminar no
734 Supremo Tribunal Federal suspendendo a lei estadual que modificava a legislação anterior e

735que dispensava a exigência, por exemplo, do Estudo de Impacto Ambiental, e que dizia que a
736fiscalização era exclusivamente executada pela União, por meio do IBAMA e dos órgãos
737federais. Essa legislação foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, com liminar
738vigente. Sr. Jorge Rodrigues: Tentando contribuir, essa posição é importante, de talvez de se
739criar a Comissão e analisar, até porque, a medida provisória ainda não foi aprovada. Ela passou
740pela Câmara Federal e ela será apreciada pelo Senado. Essa distorção, que efetivamente nós
741identificamos, acredito que tenha sido uma falha de redação, não me cabe pensar e que o
742legislador tenha tido a intenção de exterminar toda a semente do Brasil, quer dizer, ficarmos
743sem nada de semente para a próxima safra, e até estou com a cópia da medida provisória. E
744seria talvez até opinativo, para que se encaminhe ao Senado, que vai apreciar a medida
745provisória, e que se proceda esta correção. Infelizmente, vai ser por emenda, é a única forma
746que tem, e vai retornar esta medida novamente para a Câmara Federal, para novamente ser
747apreciada com a emenda do Senado. **Sr. Flávio Lewgoy:** Vou ler o parágrafo 6º do art. 1º da
748Medida Provisória 113, texto aprovado, dentro das restrições, e ainda falta ser debatido no
749Senado: “O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante Portaria,
750poderá excluir do regime desta lei – quer dizer, o não uso da safra como semente -, a safra de
751soja do ano de 2003 produzida em regiões nas quais comprovadamente não se verificou a
752presença de organismos geneticamente modificados”. E isso abrange uma parte considerável
753da safra, pois no Rio Grande do Sul não sei se atende 30% da safra, mas Mato Grosso do Sul,
754outras regiões, lá não houve esta denúncia de contaminação, pode até haver, mas, que eu saiba,
755não houve. **Sr. Jorge Rodrigues:** Mas também não houve nenhuma informação, pelo menos
756até o presente momento, da certificação e da identificação de região nessas condições. E pelo
757art. 3º determina que toda a semente de soja seja excluída. Vejo como proveitosa a proposta,
758especialmente também para se examinar, e talvez levando sugestões ao Senado deste
759Conselho, pois a posição deste Conselho é importantíssimo, e queremos ser muito claros nisso.
760O que sair desse Colegiado aqui, a posição deste Colegiado vai influir em muito nas decisões,
761e, sem dúvida nenhuma, essa Comissão teria bom trabalho a ser prestado ao tema. **Sr.**
762**Presidente:** Vou tentar sintetizar e que todos os Conselheiros tenham a noção clara da
763proposição feita que possa representar a Moção. “Moção do CONSEMA ao Governo do
764Estado, - entendido aqui pelos órgãos públicos intervenientes -, para que tome providências
765no sentido de se preparar com vista ao cumprimento dos dispositivos legais, relativamente a
766esse assunto, no âmbito do território do Rio Grande do Sul”. Então, é isso que os senhores
767Conselheiros aprovaram? Está aprovado. Podemos considerar, obviamente, dentro da pauta da
768reunião de hoje, devidamente atendido este item para passarmos ao imediatamente anterior?
769(Silêncio.) Considerando nenhuma manifestação em contrário, passamos para o seguinte item
770da pauta. **3 – Aprovação da Minuta de Resolução sobre Irrigantes.** Damos a palavra para o
771Presidente da Câmara Técnica de Agropecuária para que nos faça um relato breve acerca da
772reunião da Câmara Técnica que tratou da minuta de resolução sobre os irrigantes. **Sr. Iberê:**
773Gostaria de cumprimentar o Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente,
774cumprimentar a todos os Srs. Conselheiros e dizer que na última quarta-feira e reunião da
775Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria, estava em pauta a discussão da Resolução.
776Na realidade, é uma regulamentação da Resolução 337/97 do CONAMA, onde prevê a
777localização, construção, instalação, ampliação e modificação de atividades de irrigação, deverá
778ter o processo de licenciamento previsto nesta Resolução. Todos os componentes da Câmara
779Técnica acharam por bem levar esta Resolução para fazer uma análise junto às suas Entidades
780que compõem a Câmara Técnica, porque houve um espaço muito curto no tempo em que
781houve a convocação e a remessa dessa minuta para a discussão nessa reunião. Então, todos os
782Conselheiros, todos os técnicos componentes da Câmara Técnica terão até o dia 10 de junho
783para remeter sugestão à Secretaria Executiva da Câmara Técnica para, na próxima reunião, que

784inclusive já ficou marcada para o dia 23 de junho, para que haja tempo de colocar em
785apreciação desse Conselho na próxima reunião do CONSEMA, para que não haja inclusive
786atraso, porque venceu-se também a licença que tinha sido outorgada, por este Conselho, aos
787irrigantes, que vence agora no dia 1º de outubro. E vencido o dia 1º de outubro, todos esses
788empreendimentos que tenham a utilização de água terão que renovar as suas licenças. E aqui
789quero parabenizar a FEPAM porque esta Resolução vai prever justamente o licenciamento
790eletrônico por meio de profissionais habilitados e registrados em seus Conselhos respectivos,
791que possam vir a fazer os licenciamentos eletrônicos. E a FEPAM irá, evidentemente, fazer
792auditorias, e nessas auditorias, poderá verificar se esses profissionais estão realizando dentro
793daquelas normas preconizadas. Isso, para nós, é um avanço, tanto para a Secretaria do Meio
794Ambiente, quanto para os produtores, quanto para os usuários de água, porque acredito
795inclusive que se tivéssemos que a FEPAM ou Secretaria do Meio Ambiente fazer estes
796licenciamentos num espaço curto de tempo, não haveria como fazer, pois são
797aproximadamente 22 mil licenciamentos que têm que se fazer neste período de 10 de outubro
798até dezembro. Quero parabenizar a iniciativa da FEPAM em colocar esta Resolução em
799discussão porque virá justamente ao encontro das produtores e também as necessidades da
800Secretaria do Meio Ambiente. Sr. Presidente: O texto desta proposta de Resolução foi
801distribuído na reunião anterior, ele está sendo trabalhado na Câmara Técnica e será distribuído
802oportunamente para que os Conselheiros tenham o tempo necessário para a avaliação. Sr.
803Alexandre Bugin: Gostaria de perguntar ao Presidente da Câmara Técnica se, além destas
804questões já colocadas, se foi feita alguma outra avaliação de mérito da Resolução, já que
805teremos que orientar as nossas Entidades para iniciar esta discussão interna e além destas
806questões foi feita alguma outra avaliação ou simplesmente resolveu-se voltar a discutir. Sr.
807Iberê: Remetemos, inclusive, a todas as Entidades que fazem parte da Câmara Técnica, para
808que haja uma discussão interna das Entidades, e, para que depois, venham essas sugestões à
809Câmara Técnica e para que a Câmara Técnica possa realmente analisar todas as sugestões. Sr.
810Alexandre Bugin: Mas não se chegou a discutir a própria minuta? Sr. Iberê: Não, até porque
811não houve tempo de que todas as Entidades recebessem a minuta com tempo de discutir. Sr.
812Presidente: Conselheiro, uma informação talvez oportuna: na elaboração da minuta o
813Departamento de Recursos Hídricos está tendo participação na concepção. Passamos ao item
814seguinte: 4 – Aprovação do Relatório de Atividades do CONSEMA referente ao ano de 2002.
815Este relatório já está em posse dos Srs. Conselheiros desde o mês de abril para a sua
816aprovação, após as adequações, correções, ou na inexistência delas, a sua aprovação. Alguma
817emenda, correção, observação que deva constar desse relatório relativamente as atividades de
8182002? Sr. Valtemir Goldmeier Em nome da FAMURS, a única coisa que não notei aqui, e isso
819não significa que o relatório não possa ser aprovado, mas acho que ele deveria ser
820acrescentado, é a Conferência Estadual do Meio Ambiente, que aconteceu no ano passado, e
821que ela emanou deste nosso Conselho. E na Conferência foram tomadas uma série de decisões,
822e isso está na parte de relatoria e está sendo providenciado para ser distribuído. E acho que
823aquele material da Conferência deveria fazer parte deste Relatório de Atividades do Conselho
824Estadual do Meio Ambiente do ano de 2002, porque a Conferência ocorreu a partir de uma
825aprovação do Conselho. E esse material não vi aqui, então, é a única pergunta que deixaria
826para os Conselheiros e deixaria para a Presidência dos Trabalhos para analisar a possibilidade
827de, de repente, acrescentar, nesse relatório, esse material. Sr. Presidente: A sugestão da
828FAMURS é de que nos arquivos deste Conselho Estadual de Meio Ambiente, relativamente ao
829ano de 2002, conste, como anexo, o Relatório Final CONSEMA/2002. Ou seja, que se
830agregue o Relatório do CONFEMA/2002 às atividades do CONSEMA. Alguma objeção?
831Aprovado como anexo. Vamos as Comunicações. Sr. **Mauro André Kern**: Estou vendo que a
832Secretaria da Cultura teve “zero” presença, temos algum representante aqui? Sr. Presidente:

833 Temos presença de Conselheiro da Secretaria da Cultura? Sr. Ivan Rodrigues dos Santos: É a
834 primeira vez que estou participando. Sr. Geraldo André Susin: Aproveitando que ele colocou
835 esse assunto, pois temos determinações internas sobre a presença e isso eu não faço em função
836 da cobrança das Entidades, mas sim porque o Conselho se dá em cima de um “quorum” e a
837 ausência prejudica todo o Conselho. Então, questiono aos Conselheiros, por intermédio da
838 Mesa, a aplicação do nosso Regimento Interno, pois com três ausências consecutivas ou cinco
839 intercaladas, há uma deliberação. Não para cobrar ninguém especificamente, mas sim para o
840 bom funcionamento do Conselho e que sempre teremos “quorum” para deliberar e o bom
841 debate. **Sr. Presidente:** Acreditamos que efetivamente temos um Regimento e ele deve ser
842 cumprido. Vamos para as Comunicações: Ofício: Gabinete SEMA 341/2003 – Secretaria
843 Estadual do Meio Ambiente manifesta interesse em participar da Câmara Técnica Permanente
844 de Gestão Compartilhada Estado/Município; Ofício FIERGS – O Conselho de Meio Ambiente
845 da FIERGS sugere ao Conselho Estadual de Meio Ambiente e suas Câmaras Técnicas que
846 avaliem a possibilidade de colocar no site da FEPAM e da SEMA a pauta das reuniões, com
847 alguns dias de antecedência, para facilitar o trabalho das Entidades que possuem representação
848 e que necessitam fazer consulta específica sobre determinados temas, bem como possibilitar o
849 conhecimento dos assuntos que estão em andamento nas Câmaras Técnicas. Publicação no
850 Diário Oficial de 05-05-2003 da Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente nº
851 129/2003, que dispõe sobre a criação da Comissão Eleitoral para definir critérios à eleição da
852 Presidência do CONSEMA. Publicação no Diário Oficial do dia 07-05-2003, Resolução
853 CONSEMA 30/2003, que dispõe sobre o Cronograma de Reuniões Ordinárias do CONSEMA
854 do ano de 2003. Ofício CEA 020/2003: Justifica a ausência na 52ª Reunião do CONSEMA,
855 em razão da impossibilidade de seus representantes se ausentarem de Pelotas. Ofício
856 FIERGS/COPEL informando o impedimento de seus representantes, titular e suplente, em
857 participar da 52ª Reunião do CONSEMA devendo a participação em evento previamente
858 agendado. Ofício Circular 041/2003, do Ministério do Meio Ambiente – Conselho Nacional do
859 Meio Ambiente: no intuito de estreitar o diálogo com os demais órgãos que compõe o
860 SISNAMA, solicita que o CONSEMA informe a relação dos membros que os compõe,
861 contendo os dados seguintes: nome completo da Entidade, representante, endereço e e-mail.
862 Os dados, em referência, serão cadastrados no e-mail CONAMA e, desta forma, os
863 Conselheiros poderão ser informados das atividades desenvolvidas no Conselho Nacional do
864 Meio Ambiente, e, no futuro, ter ações coordenadas de modo a atender a necessária
865 complementaridade para implementação do SISNAMA. Ofício da Comissão Eleitoral
866 solicitando a inclusão na pauta da 52ª Reunião Ordinária do CONSEMA da apreciação, pelo
867 Plenário, da proposta de Resolução que define os critérios à eleição da Presidência do
868 CONSEMA. E, finalmente, Ofício da Universidade Federal do Rio Grande do Sul informando
869 da impossibilidade do comparecimento de seus representantes, nesta reunião, em razão de
870 compromissos didáticos na Universidade. **Sr. José Lauro de Quadros:** Esta proposta da
871 Comissão Eleitoral vai ser colocada em Plenário? **Sr. Presidente:** Sim, ela será submetida aos
872 Srs. Conselheiros neste item da pauta sobre os trabalhos realizados pela Comissão Eleitoral
873 num tempo recorde, e já estabelecendo o regimento, que já está com os prezados
874 Conselheiros. Estas as comunicações. Passaríamos para o último item da pauta de hoje. **5 –**
875 **Assuntos Gerais.** **Sr. Valtemir Goldmeier:** O que me leva a fazer uma proposta é no sentido
876 da proposta anterior do Ministério Público, de se criar uma Comissão de Implantação da
877 Medida Provisória sobre os Transgênicos. Nós, dos Municípios, estamos muito preocupados
878 com a aplicação de duas Resoluções do CONAMA, e estas duas Resoluções não dependem do
879 Estado, mas dependem principalmente da União. Uma delas é a dos pneus. É um problema, e
880 os Municípios estão sendo entulhados de pneus, e não há quem fiscalize, e isso não está claro.
881 Como a lei fala que é o gerador que vai ter que encontrar a saída para isso, a nossa proposta é

882que se crie um Grupo de Trabalho, a partir do Conselho Estadual do Meio Ambiente,
883chamando o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, o IBAMA, a SEMA, a
884FEPA e os Municípios, e, de repente, alguma outra Entidade que queira participar, e que a
885gente monte um Grupo de Trabalho para cobrar do CONAMA e também fazer um ofício do
886CONSEMA para o CONAMA, que seria o segundo ato desse processo todo, pedindo a
887aplicação da Resolução, porque ela foi editada, virou Resolução e como está a situação? Os
888pneus estão jogados de um lado para o outro, e em tudo que é lugar tem pneu atirado. Nos
889Municípios, às vezes, de madrugada o pessoal encosta um caminhão e joga os pneus em
890qualquer lugar, e aí se o Município botar a mão naquilo ali acaba criando problema para ele
891mesmo, então, lamento, é uma situação que está um hiato e temos que encontrar uma saída. **Sr.**
892**Presidente:** A sua sugestão é que a Câmara Técnica de Controle e Qualidade trate deste
893assunto? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Não, acho que tem que ser criada uma Comissão acima da
894Câmara Técnica, com a vista do Conselho e com esses organismos. E não sei se todos esses
895organismos fazem parte, porque tem que chamar o IBAMA, tem que chamar o Ministério
896Público Federal, o Ministério Público Estadual. A intenção é que se ache também uma maneira
897de fiscalizar isso e colocar em prática. **Sr. Presidente:** Está V.Exa. sugerindo que o Estado do
898Rio Grande do Sul promova alguma situação no sentido de receber a lei federal para
899aplicar? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Não, apenas como cumprir a Resolução, como cumprir a
900Resolução. E a segunda proposta é no mesmo sentido, de se fazer um trabalho semelhante em
901relação às pilhas ficou o mesmo hiato. E a Resolução entrou em vigor faz um ano e até hoje os
902Municípios estão recolhendo as pilhas, e há uma grande quantidade em alguns Municípios que
903na entrada do prédio da Prefeitura há um depósito de pilhas, e não se sabe o que fazer com
904elas, pois as empresas, que são as produtoras, não recebem-nas no Rio Grande do Sul. Até teve
905um caso de um Município que entregou para a empresa e ela foi para Santa Catarina e jogou
906no lixão do primeiro Município que encontrou ali. Então, tem que se achar uma solução, é um
907problema nacional, pois estas empresas não são daqui. **Sr. Silvia Capelli:** Queria endossar a
908proposta, seria o mesmo encaminhamento, mas dizer que o Ministério Público Estadual já
909mandou um ofício ao CONAMA acerca de um ano e meio pedindo a implementação da
910Resolução de Pilhas e Baterias, inclusive nós temos um problema sério, pois a Lei Estadual de
911Resíduos Sólidos já prevê a responsabilidade do fornecimento. E, na verdade, todas essas
912Resoluções do CONAMA que dizem respeito à chamada responsabilidade pós-consumo, que
913são pilhas e baterias, pneus, medicamentos vencidos e embalagens de agrotóxicos, que aí não é
914Resolução, é o Decreto Federal 40/74, não estão tendo aplicação por vários motivos. Com
915relação a pilhas e baterias, parece-me que o problema é mais sério porque houve uma iniciativa
916dos Municípios, aqui no Estado, de tentar implementar a Resolução numa interpretação literal
917da Resolução. O grande problema é que o art. 13 dessa Resolução 258, prevê a possibilidade
918de co-disposição das pilhas e baterias com o lixo doméstico se elas atenderem determinados
919padrões que, na verdade, as indústrias de pilhas de eletrodomésticos comuns, como rádios e
920outros, essas pilhas normais de radinhos de pilha, a indústria fabricante diz que as pilhas, que
921estão no mercado, já atendem esses padrões. E, na verdade, temos um estudo da Universidade
922Federal do Rio Grande do Sul que afirma que o chorume gerado pela decomposição desta
923matéria necessitaria de tratamento nos aterros sanitários, equivalente a um tratamento de
924efluente industrial, pela decomposição da pilha, do metal da pilha. Então, essa é uma questão
925muito séria e que precisa aquela básica implementação do Sistema Nacional do Meio
926Ambiente. Por isso é necessário realmente a reunião de órgãos federais, estaduais. **Sr.**
927**Presidente:** Na verdade, talvez representantes deste Conselho possam vir a se reunir e
928elaborem uma manifestação no sentido de exercer mais uma pressão sobre o órgão federal para
929que se viabilize o cumprimento destes dispositivos ou, juntamente com isso, um trabalho mais
930direto do Conselho por meio de uma Câmara Técnica Temporária, ou algo nesse sentido. **Sr.**

931**Valtemir Goldmeier**: Poderia ser, só que são duas coisas que eu coloco: uma delas, é o
932Conselho deliberar para a Presidência do Conselho encaminhar um ofício ao CONAMA
933provocando esse assunto. E a outra colocação é de criarmos uma instância de discutir um
934Grupo de Trabalho, que poderia ser uma Câmara Técnica Provisória, e não sei como entrariam
935estas outras Entidades, como, por exemplo, o Ministério Público Federal. O objetivo seria
936esse. **Sr. Presidente**: O Conselho, então, está propondo que a Presidência encaminhe
937manifestação ao CONAMA no sentido de manifestar a preocupação, assim como a
938necessidade que este Conselho Estadual de Meio Ambiente detecta de que se viabilize a
939aplicabilidade efetiva dos dispositivos legais já existentes. **Sr. Claudio Liberman**: Entendo
940que primeiramente deva ser bem discutida a matéria antes de mandar qualquer manifestação ao
941CONAMA. Acho interessante esta proposta de chamar todas as Entidades envolvidas, como
942Ministério Público, e discutir primeiro para depois mandar ao CONAMA esta manifestação
943oficial do Conselho. **Sr. Alexandre Bugin**: Entendo que Câmara Técnica de Resíduos Sólidos
944é subordinada ao CONSEMA e caberia o CONSEMA solicitar à Câmara Técnica que organize
945um evento de um dia, previamente bem divulgado, chamando essas Entidades, com a nossa
946participação dos Conselhos, e uma atividade desse tipo, e desta reunião saia um documento, a
947ser aprovado no CONSEMA, para ser enviado ao CONAMA, como o Claudio colocou, bem
948substanciado, e aí sim criar outras instâncias, se esse Grupo assim decidir. E fica bastante
949complicado sabermos qual a instância que pode ser criada, pois há trâmites legais, formais.
950Então, a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos encaminharia para fazer esta atividade. **Sr.**
951**Valtemir Goldmeier**: Concordo. **Sr. Presidente**: Os Conselheiros que concordam com esta
952deliberação, manifestem-se levantando o crachá: (Aprovada). Esta será a condução. A
953Secretaria Executiva vai agilizar a convocação desta Câmara Técnica para que discuta o tema.
954**Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**: Quero externar uma preocupação dos Amigos da
955Terra com relação a dois assuntos que, nesse momento, tendem a caminhar juntos, e esses
956assuntos já foram tratados no CONSEMA; um, a Rota do Sol, que foi debate de várias
957reuniões, e a questão do PRODETUR Sul. Nós acompanhamos a implementação da Rota do
958Sol, acompanhamos toda a fase de licenciamento, e temos recebido, por meio do CONSEMA,
959os relatórios de vistoria ambiental que o DAER manda executar por meio de uma empresa de
960consultoria. Recebemos, na última reunião do CONSEMA, os relatórios até fevereiro. E
961verificamos alguns problemas, e iríamos inclusive solicitar que esse assunto entrasse na pauta
962de hoje. São problemas como falta de manutenção na estrada, pois a execução da estrada está
963muito lenta, e isso ocasionou queda de barreira, já temos túneis com problemas de infiltração,
964uma série de problemas. Mas fiquei sabendo que o IBAMA havia solicitado a suspensão das
965obras. Então, não achei necessidade de trazer esse assunto, estou trazendo o assunto hoje,
966porque tomei conhecimento por meio de um jornal que o Governo do Estado pretende pleitear,
967junto ao BID, que a construção da Rota do Sol entre como contrapartida para o financiamento
968do PRODETUR. Nós já temos-nos manifestado junto à Secretaria de Planejamento, assim
969como nos manifestamos na Plenária do CONSEMA, sobre alguns problemas ambientais do
970PRODETUR Sul. Nesse momento, a grande questão é a construção do Aeroporto de Canela,
971que tem impactos consideráveis, que estudo de fauna feito na região identificou espécies
972extremamente ameaçadas de extinção, como o urubu-rei. Então, não consigo imaginar uma
973medida mitigadora para evitar o impacto em cima da pequeníssima população do urubu-rei.
974Mas está lá esta notícia no jornal de hoje, e a Rota do Sol, como todos sabem, trouxe um
975significativo impacto ambiental. Não podemos considerar que uma obra que causou impacto
976ambiental entre como contrapartida do Estado para executar uma outra obra que vai causar
977impacto ambiental considerável. E aí, conversando com algumas pessoas do Comitê Estadual
978da Reserva da Biosfera, casualmente hoje, pouco antes de vir para cá, tomei conhecimento do
979fato mais grave: o IBAMA solicitou que o DAER suspendesse as obras da Rota do Sol, foi um

980pedido verbal feito, pois o DAER cortou dez hectares da mata paludosa. O que é mata
981paludosa? A mata paludosa é a compensação da Rota do Sol, Reserva Ecológica da Mata
982Paludosa. Quando a obra foi licenciada, a compensação ambiental estava prevista e a Rota do
983Sol iria cortar esta área. Só que decretada reserva ecológica, não poderia ter sido cortada, e há
984um impasse. E vemos que apesar de todos os cuidados, o problema da Rota do Sol continua,
985apesar das ONGs terem cuidado, apesar do Comitê da Reserva da Biosfera, continuam estes
986problemas.O DAER continua insensível à questão ambiental, houve uma interdição da área
987por parte do Batalhão Ambiental. Então, só queria colocar a questão para este Conselho para
988que não se surpreendam com as questões que podem vir a serem levantadas na imprensa, tanto
989em relação ao PRODETUR, tanto quanto com relação à Rota do Sol. **Sr. Claudio Liberman:**
990Para esclarecer a situação: o que o IBAMA era de que sustassem os trabalhos exatamente na
991área onde a estrada, devidamente licenciada já, está cortando a reserva de mata paludosa. E
992temos que esclarecer duas coisas: o licenciamento da rodovia está em primeiro lugar, e saiu em
993primeira instância a licença da rodovia. Posteriormente, foi criada esta Reserva da Mata
994Paludosa com recursos da compensação ambiental, ou seja, o Estado do Rio Grande do Sul
995recebeu do “Gasbol” R\$750.000,00. E esse recurso foi aplicado na aquisição desta área para
996preservar esta mata paludosa. Ou seja, aquilo não é compensação ambiental da Rota do Sol. A
997compensação ambiental da Rota do Sol é a Reserva de Aratinca, que já foi criada, que está
998sendo implementada. Claro que ela já deveria estar pronta. O problema é que o DEFAP teria
999que autorizar ao DAER a construção da estrada nessa reserva. E esta questão já foi
1000solucionada, e acho que o DEFAP já autorizou ao DAER a passagem por esta área da mata
1001paludosa. Entendo que a questão está solucionada. **Sr. Geraldo André Susin:** Só para lembrar
1002algo que conversamos, que o Presidente de mencionar nos Assuntos Gerais, com relação ao
1003ofício, que encaminhamos na última reunião, com relação ao EIA-RIMA da mudança da Lei
10042452, em Caxias do Sul, das áreas de proteção de bacia, de água para consumo humano, que
1005parece que a Prefeitura vai apresentar esses estudos e os relatórios aqui no Conselho. E antes
1006de continuar o processo e de colocar na Câmara de Vereadores. Achamos isso muito saudável
1007e o meio ambiente e a saúde humana agradecem. **Sr. Presidente:** Elucidando o ponto que o
1008Conselheiro Geraldo Susin levanta: chegou hoje à Secretaria Executiva do CONSEMA ofício
1009do SAMAE – Caxias do Sul, que estão-se colocando à disposição para apresentar a proposta
1010da qual o Conselho Geraldo se referiu agora há pouco. Confirmo as informações. E nós
1011vamos fazer um contato com o SAMAI a fim de que nós consigamos cotejar tempo para nossa
1012reunião normal e apresentação da proposta elaborada por aquele órgão, responsável pelas
1013águas em Caxias do Sul, e apresentar a este Conselho a proposta de mudança de lei municipal
1014em relação a bacias de captação em Caxias do Sul. O Prof. Flávio deixa aqui o endereço de
1015internet – - para acessar ao Estudo Sobre
1016Toxicologia do Glifosato, do Dr. Jorge Kacseuer. Passo o endereço para a Secretaria
1017Executiva de que o endereço conste na Ata. Tenho um último assunto da reunião de hoje que é
1018a conclusão da primeira fase dos trabalhos da Comissão Eleitoral: “Porto Alegre, 16 de maio
1019de 2003. Sr. Presidente: A Comissão Eleitoral do CONSEMA, instituída pela Resolução nº
1020029 de 05-03-2003, requer a V.Sra., inclusão na pauta da Reunião Ordinária de 16-05-2003 à
1021apreciação pelo Plenário da proposta de Resolução em anexo. Assinam: Alexandre Bugin,
1022Geraldo André Susin e Luis Paulo Rodrigues Cunha, representantes, respectivamente, dos
1023Comitês de Bacias, Entidades Ecológicas (ALGA) e SEMA”. “Ata de Reunião da Comissão
1024Eleitoral do CONSEMA: Aos 16 dias do mês de maio de 2003, à Rua Carlos Chagas, 55, Sala
10251107, reuniu-se a Comissão Eleitoral do CONSEMA, criada pela Resolução nº 029 de 05-05-
10262003, para deliberar sobre as competências atribuídas à mesma, conforme art. 1º da referida
1027Resolução. Das discussões havidas, deliberou a Comissão, pela unanimidade de seus
1028membros, submeter ao CONSEMA, já para a reunião ordinária de 16-05-2003 (reunião de

1029hoje), a proposta de Resolução, anexa à presente Ata, para o que deverá ser submetido à Mesa
1030pedido de inclusão no tema na pauta de reunião. Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a
1031presente Ata, que lida e achava conforme, foi devidamente assinada pelos membros da
1032Comissão já nomeados”. “Proposta de Resolução: define critérios à eleição da Presidência do
1033CONSEMA. O Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, no uso das atribuições
1034que lhe confere a Lei Estadual nº 10.330, de 27-12-1994, resolve: art. 1º – As inscrições dos
1035candidatos à Presidência do CONSEMA estarão abertas de 02 a 20 de junho do corrente ano
1036junto à Secretaria Executiva do CONSEMA; art. 2º – A eleição para a Presidência do
1037CONSEMA realizar-se-á na data de 26 de junho de 2003, às 14h, à Rua Carlos Chagas, 55, 11º
1038andar, auditório, em reunião extraordinária do CONSEMA; art. 3º – A escolha do Presidente
1039do CONSEMA dar-se-á por maioria simples dos votos, com quorum de 2/3 dos Conselheiros,
1040conforme dispõe o art. 11, parágrafo 3º do Regimento Interno do CONSEMA; parágrafo único:
1041A votação para a Presidência do CONSEMA dar-se-á de forma secreta; art.4º – Revogam-se as
1042disposições em contrário”.Esta é a Minuta de Resolução que estamos submetendo aos Srs.
1043Conselheiros para, então, uma vez aprovadas, ser publicada para que surta os seus efeitos
1044legais. **Sr. José Lauro de Quadros:** Inicialmente, cumprimentar a Comissão Eleitoral pela
1045conclusão do trabalho que lhe foi determinado. Mas, peço vênica para uma sugestão de
1046alteração. Do parágrafo único: “A votação dar-se-á de forma secreta”. Eu tenho uma
1047preocupação. Porque o nosso voto, aqui no CONSEMA, não é um voto pessoal. Quando eu
1048voto para Prefeito, para Presidente da República, para Deputado, dou o meu voto pessoal, e eu
1049tenho que garantir o sigilo do meu voto. No entanto, aqui, o nosso voto é representativo. O
1050meu voto é o da FARSUIUL, e é claro que eu tenho que prestar contas à minha Entidade. E
1051todas as Entidades, aqui representadas, o voto é representativo. E, portanto, considero que este
1052voto não pode ser secreto, por ter a característica de ser voto representativo. **Sr. Luiz Paulo**
1053**Rodrigues Cunha:** Essa é uma discussão recorrente. Quero deixar claro ao Plenário que foi
1054possível trabalhar com alguma agilidade, graças ao esforço feito pela Secretaria Executiva, que
1055nos municiou de todo o histórico dos atos passados. Não só isso, tivemos acesso, também, a
1056todas as Atas, e pudemos ver quão rica foi a discussão sobre este tema. De fato, a questão da
1057discussão da eleição secreta é recorrente, pois em todas as eleições tem sido assim, até o
1058momento. Mas não é uma questão fechada. É um argumento trazido, tem a sua lógica,
1059naturalmente como apresentado, e há quem interprete também que a eleição secreta tem essa
1060vantagem, quer dizer, sem ferir o princípio da delegação, de consciência, de caráter de quem
1061recebe a delegação. Há os aspectos também de evitar o confronto. Mas, enfim, não é uma
1062questão fechada, e foi posta, inclusive reconhecendo que já foi uma questão que, em ocasiões
1063anteriores, também debatida, e sempre resultou em eleição secreta. Foi uma questão de
1064coerência com a história, mas não é uma questão fechada para os integrantes que participaram
1065da Comissão. A data escolhida coincide com a data de uma reunião ordinária, pois recolhemos
1066do Plenário uma sugestão de que se otimizasse. E nesse particular entendemos também que
1067com as inscrições feitas, tão logo haja “quorum”, o rito é simples: é a sustentação de uma
1068defesa ou mais, caso o Plenário assim entenda, e passar imediatamente à votação e apuração
1069dos votos. E, naturalmente, à posse do Presidente. Ou seja, poderia coexistir, no mesmo dia, as
1070duas reuniões, tanto a extraordinária como a ordinária, havendo o cuidado talvez de na
1071ordinária não se ter uma pauta tão densa. Mas quero chamar a atenção para este aspecto. **Sr.**
1072**Geraldo André Susin:** Na confecção destes documentos, os Conselheiros Bugin e Cunha, são
1073testemunhas que nesse ponto de pauta que foi colocado, eu questionei a questão da
1074transparência e até fiz esta proposição de que deveria ser aberto. Mas sendo convencido por
1075dois argumentos, e ainda mais sabendo que seria discutido aqui, fui solidário aos Colegas, mas
1076sabendo que haveria também esta proposta, e é de consciência de que poderia ser mudado.
1077Mas, temos algo que comungamos, apoiando a proposta. **Sr. José Lauro de Quadros:**

1078Conselheiro Susin, achamos que temos mais convergências que divergências. Vamos trabalhar
1079em cima das convergências. **Sr. Alexandre Bugin:** Realmente, corrigindo o Geraldo, que
1080simplesmente foi argumentada a questão histórica e que já houve discussão, mas é uma
1081questão que pode ser aberta novamente. **Sr. Geraldo André Susin:** Fui vencido pela
1082argumentação, mas estou saindo, pois pego um ônibus para Caxias do Sul às 19h. Obrigado.
1083**Sr. Presidente:** Podemos passar para votação. Vou montar a proposta a ser votada. Temos a
1084proposta da Comissão Eleitoral, que é a do voto secreto. E temos a proposta do Conselheiro
1085Lauro, corroborada pelo Conselheiro Geraldo, no sentido de que ela deva ser uma votação
1086aberta, por aclamação, no caso, possivelmente. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Aclamação
1087só cabe se houver candidato único. **Sr. Presidente:** Perfeito, corrigido. **Sra. Kathia Maria**
1088**Vasconcellos Monteiro:** Alguém para a defesa do voto secreto? **Sr. Mauro André Kern:** Eu
1089acho correto fazer o voto secreto, não há por que abrir, e dá mais privacidade, dá mais
1090tranquilidade para a pessoa votar secretamente. E ninguém vai-se sentir coagido. Sou a favor
1091do voto secreto. **Sr. Miguel Schmidt Prym:** Proponho a supressão do parágrafo, deixa o
1092Conselho decidir na hora. Se tiver candidatura única, por exemplo, não tem por que fazer
1093votação secreta, e o Conselho é soberano para decidir na hora. **Sr. Presidente:** Esta é uma
1094terceira proposta. **Sr. José Lauro de Quadros:** Conselheiro Prym, permita-me discordar e
1095tento fazer uma argumentação a respeito: nós achamos que para que as coisas funcionem na
1096sociedade, quanto mais clareza tivermos, menos risco de conflitos. Se fizermos que a votação
1097para a Presidência será de forma aberta, se houver um candidato só poderá ser por aclamação;
1098se houver dois ou três candidatos, será feito um encaminhamento, e acho que deveria constar
1099aqui um parágrafo primeiro: “A votação para a Presidência, quando houver mais de um
1100candidato, terá um encaminhamento para cada candidato”. E, no parágrafo segundo que será
1101aberta. E é claro, se for o resultado da votação que se encaminha, neste momento, ir para a
1102votação secreta, não vai haver nenhum prejuízo para o CONSEMA. Mas, volto a defender que
1103a votação deva ser aberto. Primeiro, porque o voto é de representatividade; segundo,
1104discordando do nosso companheiro da Roessler, que não há nenhuma pressão. Se nós votamos
1105com a nossa consciência, quem pode-nos pressionar é a nossa consciência. E se estamos
1106agindo conscientemente, nós agimos abertamente. E, em terceiro lugar, é uma questão de
1107incoerência com os meus princípios no seguinte: voto num candidato a deputado federal,
1108deputado estadual, voto secreto, e não sei se o delegado que votei para defender as minhas
1109idéias lá na Câmara está votando de acordo com o que eu defendo. Por isso acho que o voto
1110representativo tem que ser aberto. E o voto pessoal tem que ser secreto, aí sim, para garantir a
1111nossa privacidade. **Sr. Luis Paulo Rodrigues Cunha (Questão de Ordem):** Se a Resolução
1112determinar que a eleição é secreta, mesmo que haja candidato único, ela terá que ser secreta,
1113pois entre as atribuições da Comissão estava a de definir critérios. E esse é um critério. Se
1114prevalecer o encaminhamento da representação da FAMURS, ficam prejudicadas as outras
1115duas. Então, tem que primeiramente ser colocada essa. E significa dizer que suprime-se da
1116Comissão o que foi a ela concedido, como a prerrogativa de indicar critério, e transfere-se essa
1117prerrogativa no dia da eleição. Se aprovada a proposta do Conselheiro Lauro, ficam
1118prejudicadas as demais, secreta ou não. **Sr. Presidente:** Vamos colocar em votação:
1119Conselheiros favoráveis à proposta do Conselheiro da FAMURS, manifestem-se: (Dois votos);
1120Vamos agora para votação para Presidente deste Conselho será secreta ou será aberta: coloco
1121em votação a proposta encaminhada a este Conselho pela Comissão Eleitoral, ou seja, os
1122Conselheiros favoráveis de que a votação para a Presidência se dê de forma secreta, por
1123gentileza, manifestem-se levantando as mãos e com ou sem os crachás: (seis votos); votação
1124aberta: (nove votos). (Nove.) **Sr. Presidente:** Portanto, por deliberação deste Plenário, altere-
1125se o parágrafo único do art. 3º dizendo que a votação para a Presidência do CONSEMA dar-se-
1126á de forma aberta. Utilize-se o termo correto aqui para expressar essa vontade deste Conselho.

1127 Temos, entre nós, o Secretário de Estado do Meio Ambiente, seja bem-vindo, Secretário.
1128 Passamos à manifestação do Secretário, para uns breves momentos. **Sr. José Alberto**
1129 **Wenzell:** Fiz questão de ligar para o Dilda no caminho, e queria dar uma palavra. Sempre
1130 vejo a alegria do meu amigo Lauro de Quadros aqui, mas vim aqui agradecer a todos os
1131 Conselheiros. Dizer como isso é importante para nós, da Secretaria Estadual do Meio
1132 Ambiente, a presença das senhoras e dos senhores. Vejo aqui a Dra. Silvia Capelli, teve aqui
1133 conosco, representando-me, meu Subsecretário, o Dr. Cunha, mas mesmo assim fiz questão de
1134 vir aqui e Dilda, não sei se tu sabes de onde vem esta rocha? **Sr. Presidente:** Parecida com
1135 uma rocha de onde eu nasci. **Sr. José Alberto Wenzell:** De Nova Prata. Fiz questão de trazer
1136 para ele aqui. E ele não me pediu isso, mas se puderem ir para Nova Prata, quem gosta do
1137 meio ambiente tem que ir para lá. A obra física foi inaugurada das águas termais de Nova
1138 Prata, e que coisa linda! É uma cascata, é o Rio do Prata passando num vale encaixado no
1139 meio das rochas, uma coisa que nunca vi, e olha que sou geólogo! Tipo testemunhos, mirantes
1140 de rocha calcárea em pé na beira ali do rio, então, um cenário espetacular. Quem um dia quiser
1141 fazer um filme sobre meio ambiente escolha lá. Mas, Dilda, vim para cumprimentar a todos,
1142 desejar a todos um belíssimo fim de semana, e dizer que nós precisamos demais de todos os
1143 Conselheiros e Conselheiras. Fiz questão de vir bem rápido. Obrigado por esta oportunidade.
1144 Boa reunião. **Sr. Presidente:** Agradecemos a presença de todos em nome da sociedade gaúcha.
1145 Muito obrigado pela presença e até o dia 26 de junho de 2003. Bom fim de semana. Não
1146 havendo mais nada para ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a
1147 reunião às 17h50min. Nada mais havendo para ser tratado, lavrei a presente ata.